



UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARÁ
INSTITUTO DE TECNOLOGIA
FACULDADE DE ARQUITETURA E URBANISMO

RAYSSA DANTAS PIMENTA DA SILVA

ENTRE A VIDA E A MORTE: um centro de acolhimento para mulheres vítimas de
violência doméstica em Belém do Pará

BELÉM-PA

2023

RAYSSA DANTAS PIMENTA DA SILVA

ENTRE A VIDA E A MORTE: um centro de acolhimento para mulheres vítimas de
violência doméstica em Belém do Pará

Trabalho de Conclusão de Curso,
apresentado como requisito parcial
para obtenção de grau de Bacharel em
Arquitetura e Urbanismo, pela
Universidade Federal do Pará.

Orientadora: Prof.^a Dr.^a Rachel Sfair
Ferreira Benzecry

BELÉM-PA

2023

RAYSSA DANTAS PIMENTA DA SILVA

ENTRE A VIDA E A MORTE: um centro de acolhimento para mulheres vítimas de violência doméstica em Belém do Pará

Trabalho de Conclusão de Curso, apresentado como requisito para obtenção de grau de Arquitetura e Urbanismo, pela Universidade Federal do Pará.

Orientadora: Prof.^a Dr.^a Rachel Sfair Ferreira Benzecry

Data de aprovação: __/__/____

Conceito:

Banca Examinadora:

Prof.^a Dr.^a Rachel Sfair Ferreira Benzecry - Orientadora
Faculdade de Arquitetura e Urbanismo - UFPA

Prof. Dr. Gisa Helena Melo Bassalo - Examinadora Interna
Faculdade de Arquitetura e Urbanismo - UFPA

Prof. Dr. Alexandre Máximo Silva Loureiro - Examinador Externo
Faculdade de Conservação e Restauro - UFPA

À minha mãe, que, de todas as formas, tornou tudo isso possível, e a todas as mulheres da minha vida, especialmente minha irmã e minha avó, que me inspiram diariamente.

RESUMO

O objetivo final deste trabalho é desenvolver um projeto arquitetônico de um Centro de Acolhimento destinado às vítimas de violência doméstica na cidade de Belém, que atenda e abrigue essas mulheres e seus dependentes de forma humanizada, acolhedora e integral, respeitando suas individualidades e contribuindo para sua reestruturação social, emocional e econômica. Para isso, é preciso, primeiramente, resgatar os conceitos de violência doméstica, identificar seus tipos, particularidades e consequências e entender o perfil social dessas mulheres para que se possa propor uma solução acessível e segura. Através de estudos de casos nacionais, internacionais e locais, como é o caso da Ocupação Rayana Alves, é possível discutir a importância desses locais para o combate a violência contra mulher e o feminicídio e desenvolver um programa de necessidade capaz de acolher essas mulheres de forma saudável e respeitosa. Por fim, a análise da área de intervenção do projeto possibilita a adequação do estudo preliminar às condicionantes legais e ao entorno do sítio. Dessa maneira, busca-se compor um equipamento capaz de contribuir para a quebra do ciclo da violência e diminuição de casos do feminicídio em Belém através do atendimento especializado, abrigo temporário, profissionalização e empoderamento feminino.

Palavras-chave: casa abrigo; abrigo de passagem; casa de acolhimento; violência contra mulher; violência doméstica;

LISTA DE FIGURAS

Figura 01 - Ciclo de violência.....	17
Figura 02 - Percentual de raça/cor das vítimas de feminicídios e demais mortes violentas no Brasil em 2022.....	22
Figura 03 - Percentual de idade das vítimas de feminicídios e demais mortes violentas no Brasil em 2022.....	23
Figura 04 - Proporção de mulheres de 10 anos ou mais de idade que foram vítimas de agressão física, por raça/cor, segundo faixa de rendimento domiciliar per capita, Brasil, 2009.....	23
Figura 05 - Fachada Casa Ada e Tamar.....	26
Figura 06 - Fachada Casa Ada e Tamar.....	27
Figura 07 - Planta baixa Casa Ada e Tamar.....	28
Figura 08 - Casa da Mulher Brasileira.....	29
Figura 09 - Mapa de ocupações do Movimento de Mulheres Olga Benário.....	31
Figura 10 - Ação de saúde com as mulheres abrigadas na Ocupação rayana Alves.....	33
Figura 11 - Fachada Ocupação Rayana Alves.....	34
Figura 12 - Refugio para Mujeres Víctimas de Violencia - Origen 19°41'53".....	38
Figura 13 - Presença da natureza no refúgio.....	39
Figura 14 - Arquitetura e natureza.....	39
Figura 14 - Planta baixa do projeto.....	40
Figura 15 - Academia Girl Move.....	41
Figura 16 - Produção de tijolos.....	42
Figura 17 - Produção de tijolos.....	42
Figura 18 - Jogo de luz e sombra a partir das formas geométricas.....	43
Figura 19 - Fachada casa folha.....	44
Figura 20 - Cobertura Casa Folha.....	45
Figura 21 - Localização do terreno.....	47
Figura 22 - Zoneamento de Belém.....	47
Figura 23 - Quadro de Aplicação de Modelos Urbanísticos.....	48
Figura 24 - Quadro de Modelos Urbanísticos.....	49
Figura 25 - Organograma.....	51
Figura 26 - Fluxograma.....	51
Figura 27 - Muiraquitã.....	52
Figura 28 - Muiraquitã.....	52
Figura 29 - Formato do projeto em planta.....	53
Figura 30 - representação isométrica do volume e cobertura.....	53
Figura 31 - representação isométrica do volume e cobertura.....	54
Figura 32 - perspectiva do volume e cobertura.....	54
Figura 33 - perspectiva do volume e cobertura.....	54
Figura 34 - Rearranjos a partir da primeira volumetria.....	55

Figura 35 - Organograma preliminar DEAM.....	57
Figura 36 - Vista isométrica do projeto.....	58
Figura 37 - Dimensões tijolo solocimento.....	59
Figura 38 - Layout DEAM.....	60

SUMÁRIO

1. INTRODUÇÃO.....	7
1.1. Contextualização do problema.....	7
1.2. Justificativa.....	8
1.3. Objetivos.....	9
1.3.1. Objetivos gerais.....	9
1.3.2. Objetivos específicos.....	10
1.4. Metodologia.....	10
2. ARQUITETURA E VIOLÊNCIA DOMÉSTICA.....	12
2.1. Violência doméstica: conceitos, tipos e consequências.....	12
2.2. Perfis sociais e as necessidades das vítimas.....	19
2.3. A importância dos abrigos a partir de exemplos existentes.....	23
2.4. Ocupação Rayana Alves.....	30
3. PROPOSTA DE PROJETO.....	36
3.1. Estudo Preliminar.....	36
3.1.1. Conceito.....	36
3.1.2. Referências projetuais.....	37
3.1.3. Intenções do projeto.....	44
3.1.4. Área de intervenção.....	46
3.1.5. Programa de necessidades.....	48
3.1.6. Partido.....	51
3.2. Projeto Básico.....	54
4. CONCLUSÃO.....	55
REFERÊNCIAS.....	56

1. INTRODUÇÃO

1.1. Contextualização do problema

A violência doméstica é um problema que assola a sociedade Brasileira, e anualmente as estatísticas de feminicídio aumentam, batendo recorde em 2022, segundo dados recolhidos pelo Monitor da Violência. Uma rápida análise possibilita identificar que, apesar da legislação brasileira possuir diversas ferramentas importantes para o combate a violência doméstica, o alto número de casos por ano demonstra obstáculos na sua aplicação. Além disso, a escassez de locais especializados no atendimento e acolhimento das vítimas por todo o país inviabiliza o atendimento das altas demandas, expondo as mulheres a uma situação de vulnerabilidade, insegurança e risco de vida.

O estado do Pará, segundo dados da Secretaria Estadual de Segurança Pública e Defesa Social, foi o segundo estado que mais registrou casos de feminicídio durante a pandemia (G1, 2021), e em 2022 registrou mais de 18 mil ocorrências de violência contra mulher (O Liberal, 2022). Esses números não demonstram apenas um crescimento no número de casos, mas também que as mulheres estão tendo mais acesso a informações e cada vez mais procurando ajuda. No entanto, atualmente o estado conta com um número reduzido de delegacias da mulher e casas de assistência social às vítimas de violência.

A subnotificação de casos de agressão e violência contra mulher ainda são extremamente alarmantes. Segundo estimativas da Universidade Federal de Minas Gerais o percentual de subnotificação pode chegar até 98% (UFMG, 2022). Além disso, dados divulgados no relatório 'Visível e Invisível - a Vitimização de Mulheres no Brasil' realizado pelo Fórum Brasileiro de Segurança Pública em parceria com o Datafolha, indica que 21,3% das vítimas que não fizeram nada após a agressão, não o fizeram porque acreditavam que a polícia não pudesse oferecer solução. Essa informação revela as dificuldades enfrentadas no combate a violência contra mulher quando não se tem locais que ofereçam um atendimento e acolhimento humanizado, eficaz, individualizado e que legitime a palavra da mulher.

É preciso falar sobre violência de gênero, para que mais pessoas tenham conhecimento e saibam identificar situações de alerta. Feito isso, o poder público precisa estar preparado para lidar com o aumento da notificação desses casos e

oferecer ajuda capacitada para atender, acolher, abrigar e reestruturar as mulheres que tiveram forças para denunciar e quebrar o ciclo da violência. Em uma sociedade machista, combater esse crime é primordial para que se caminhe para a igualdade de gênero.

1.2. Justificativa

O início do ano é marcado pelo clima de festas, comemorações, reuniões em família e reencontros, um período em que todos estão gratos por suas vidas, pela saúde, pelas conquistas e pelo ano que passou, mesmo aqueles que enfrentaram muitas dificuldades. Porém, o ano de 2023 não começou assim para todos. Infelizmente, o amor e a paz não reinou em todos os lares. No primeiro dia do ano, horas antes do horário de almoço, gritos de socorro ecoavam pela rua. Uma mulher, jovem, mãe de dois filhos, negra, saía de sua casa correndo pelo asfalto quente, sem poder escolher a direção que ia, pedindo socorro e avisando a vizinhança que seu atual companheiro iria lhe matar.

Infelizmente, esse não foi o primeiro caso de violência contra mulher que testemunhei, e não será o último que enfrentarei. Sempre me considerei uma garota feminista, nunca aceitei com facilidade as normas sociais impostas às mulheres, muito menos as agressões e opressões que sofremos diariamente. Criada por uma família de mulheres incríveis, que batalharam muito para estarem onde estão e que sempre se apoiaram para não deixar nenhuma para trás, a união feminina que vai além do sangue me ensinou a lutar pelas minhas semelhantes.

Ouvir mais uma vez gritos de socorro partiu novamente meu coração em mil pedaços, como todas as outras vezes, mas a única reação possível, naquele momento, e que não podia ser diferente das outras, foi abrir a porta de casa e acolher aquela mulher que gritava por ajuda. Ligar para a polícia, solicitar ajuda - que diga-se de passagem demorou mais do que devia, ainda mais em uma situação de ameaça de morte - e tentar acompanhar essa mulher para que ela completasse o procedimento e desse início a quebra do ciclo de violência foi o primeiro passo para que esse trabalho existisse.

Durante a conversa, essa mulher me relatou que aquela não era a primeira vez. De tão 'habituada', ela já sabia identificar o momento que ia acontecer, como naquele dia. Mas porque então ela não denunciava ele e fugia disso? A resposta

definitivamente não é simples. A violência contra mulher não se inicia na agressão, há muita manipulação antes da primeira chantagem, da primeira ameaça, do primeiro grito, do primeiro tapa. Essa mulher estava longe de familiares, não tinha amigas, conhecidos, nem sequer uma rede de apoio. Com dois filhos, trabalhava no ponto de açaí do companheiro, era dependente financeiramente dele, estava isolada. Quando a questioneei sobre ir para outro local, ela disse que não tinha pra onde ir, não conhecia ninguém nem tinha dinheiro para se mudar.

Inicialmente, essa jovem foi tomada por medo, medo de que o agressor fosse preso em flagrante, pois ela não sentiu que isso seria suficiente para mantê-la segura. A solução foi, então, entrar na casa acompanhada dos policiais, pegar suas coisas e tomar um rumo que eu não consegui acompanhar, mas que dias depois teve um desfecho parcial, quando fui chamada na Delegacia da Mulher como testemunha da situação. A verdade foi dita e espero que a justiça tenha sido feita.

Toda essa experiência me fez refletir sobre minhas vivências, meus ideais, minhas lutas, e foi quando decidi falar sobre isso, e usar do meu trabalho de conclusão de curso para dar voz a isso. Porque não temos uma casa que acolha mulheres vítimas de violência doméstica que estão em situação de vulnerabilidade social? Essa pergunta norteou tudo que consumi depois disso, todas as reportagens, matérias de jornal, podcast, audiovisuais e mídias em geral que falassem sobre o tema passou a me interessar cada vez mais e eu decidi então trabalhar em cima desse projeto.

O tema desse trabalho nasce, então, de vivências, como mulher, em uma sociedade desigual e machista, e da necessidade de lutar pelo justo, pelo direito e pela vida das mulheres, pelo bem estar, não só das mulheres, mas de toda uma sociedade que é gerada a partir de mulheres. Tudo começa com uma mulher!

1.3. Objetivos

1.3.1. Objetivos gerais

A partir da identificação do problema, busca-se propor um projeto básico arquitetônico de uma Casa de Acolhimento para Mulheres Vítimas de Violência Doméstica em Belém do Pará. Essa Casa será um centro destinado ao

atendimento, acolhimento e abrigo dessas mulheres, proporcionando um ambiente seguro para reintegração física, emocional e econômica, como forma de contribuir para a luta contra a violência doméstica, mitigando o agravamento e reincidência desses casos e promovendo o empoderamento, fortalecimento da autoestima e garantindo o exercício da cidadania dessas mulheres, resguardando suas dignidades e suas vidas.

1.3.2. Objetivos específicos

Para alcançar o objetivo geral, é preciso, primeiramente, conceituar e discutir o que é violência doméstica, seus tipos e consequências, com definições legais e a partir de discussões de pensadores especialistas no tema, para entender melhor do que se trata, quem é público que será atendido, e os serviços que o projeto proposto deve oferecer para atendê-las. Além disso, traçar o perfil das vítimas a partir de dados oficiais reconhecendo quais são suas necessidades, norteando o programa de necessidades do projeto em relação a áreas e usos.

Em segundo lugar, busca-se discutir a importância dos abrigos e casas de passagem para a prevenção do feminicídio a partir de exemplos existentes na região, no Brasil e no mundo. Como objeto de estudo, tem-se a Ocupação Rayana Alves, que serve de referência local e como importante ferramenta para discutir uma composição projetual desburocratizada, humanizada, acessível e inclusiva.

Por fim, é fundamental estudar a área de intervenção do projeto e seus condicionantes legais, para entender o local onde o projeto será aplicado para assim propor soluções arquitetônicas adequadas aos parâmetros urbanísticos, ao espaço do terreno, ao contexto social do entorno e ao clima.

1.4. Metodologia

Este trabalho se molda através de uma abordagem quali-quantitativa, baseada na análise e interpretação de dados envolvendo, na primeira parte: pesquisa documental, através da consulta às normas jurídicas para embasamento legal acerca dos fatos da pesquisa, e análise de relatórios e banco de dados de órgãos públicos para entender o perfil social do público que será atendido; pesquisa bibliográfica, baseando-se em produções e discussões feministas para debater sobre conceitos e soluções acerca do tema; estudo de caso, com

pesquisas e visitas à Ocupação Rayana Alves com a intenção de enriquecimento acerca das discussões sobre a importância de espaços especializados no atendimento de mulheres vítimas de violência; análise de produções arquitetônicas nacionais e internacionais, como forma de criação de arcabouço projetual e referência para criação do programa de necessidades e pré-dimensionamento.

A segunda parte abrange análise de referências arquitetônicas que auxiliaram na construção das intenções e diretrizes projetuais; levantamento de campo preliminar acerca da área de intervenção para entender as condicionantes legais e a configuração territorial a qual será aplicada o projeto; composição de programa de necessidades, pré-dimensionamento, organograma e fluxograma, que direcionaram os primeiros estudos volumétricos e composição do partido.

Por fim, retoma-se os dados apresentados inicialmente, assim como os recolhidos através da aplicação de questionário e avaliação dos condicionantes legais vigentes, para que seja apresentada a proposta técnica do projeto.

2. ARQUITETURA E VIOLÊNCIA DOMÉSTICA

O objetivo desta unidade é discutir o que é violência doméstica, seus tipos e consequências, através de definições legais, de pensadores e estudiosos do tema, para entender melhor do que se trata, e os tipos de serviços necessários para atender essas mulheres. Em seguida, traçar o perfil das vítimas a partir de dados oficiais reconhecendo quais são suas carências, norteador assim o programa de necessidades do projeto em relação a áreas e usos; e discutir a importância dos abrigos, casa de acolhimento, casas de passagem e centros de encontro de mulheres a partir de exemplos existentes no Brasil e no mundo, como soluções arquitetônicas que contribuem no combate a violência de gênero através do atendimento interdisciplinar.

Por fim, através da experiência compartilhada na Ocupação Rayana Alves, contribuir para discussão da importância das casas de acolhimentos e casas de passagem na recuperação emocional e psicológica das mulheres, assim como na construção de uma comunidade politicamente ativa, engajada, através de um espaço de empoderamento e fortalecimento feminino.

Porém, antes mesmo de dar início a discussão, gostaria de expressar aqui a conformidade de que esse tipo de edificação não deveria existir. Mas é triste pensar que em um mundo machista, sexista e patriarcal as leis não são suficientes para garantir os direitos e a vida das mulheres de forma integral, sendo necessário diversos equipamentos para tentar promover uma melhor qualidade e dignidade na vida dessas mulheres. A mudança necessária maior é social, precisamos lutar contra a opressão que diariamente nos fere e nos mata, quebrar o ciclo da violência. Só assim estaremos livres e seguras.

2.1. Violência doméstica: conceitos, tipos e consequências

A cada 4 horas, ao menos uma mulher foi vítima de violência doméstica no Brasil em 2022. Esses dados foram obtidos pela Rede de Observatórios de Segurança e divulgados em março de 2023 através do boletim 'Elas vivem: dados que não se calam', mostrando como a violência de gênero é algo latente nos dias atuais.

Em 1995, ocorreu a IV Conferência Mundial sobre as Mulheres na capital da China, onde foi assinado a 'Declaração e Plataforma de Ação de Beijing',

contendo doze temas prioritários de trabalho, servindo de parâmetro para ações dos governos em prol da igualdade de gênero. Neste documento, a violência contra mulher é definida como um dos principais empecilhos para a garantia dos direitos humanos e das liberdades fundamentais das mulheres, estando entre as áreas definidas como prioridade para que sejam superadas as desigualdades de gênero. Cinco anos depois da conferência, nos anos 2000, o Governo brasileiro apresentou à Assembleia Geral das Nações Unidas um Relatório Nacional contendo os avanços e as dificuldades enfrentadas no processo de implantação da Plataforma de Ação. Quase 30 anos depois, o cenário brasileiro permanece enfrentando dificuldades na promoção da igualdade de gênero.

Para que se desenvolva essa discussão, é importante entender o que é violência de gênero para assim chegarmos na conceituação de violência doméstica. Veena Das (2008 *apud* Baleixe, 2022), no entanto, mostra como o conceito de violência é instável, por isso é difícil fechar uma definição concreta. Então seguiremos a premissa de Paula Mandes Lacerda (2015, *apud* Baleixe, 2022) de que violência é um conjunto de situações causadoras de sofrimento. Dessa forma, ao falar de violência de gênero teríamos uma gama de atitudes que podem ser categorizadas dessa forma a depender do ponto de vista, tempo histórico, contexto social, político e cultural daquele que julga. Então, o sujeito definidor deve ser a vítima, a quem se causou o sofrimento, validando sua percepção pela situação vivida e a acolhendo.

Para além da percepção de quem sofre, podemos seguir a descrição de violência gênero ou contra a mulher como todo ato baseado no gênero, que cause morte, dano ou sofrimento físico, sexual, psicológico, tanto na esfera pública quanto na esfera privada, estabelecida pela Organização Mundial da Saúde (OMS). No Brasil, a Lei nº 11.340, de 7 de agosto de 2006, mais conhecida como Lei Maria da Penha, acresce traços ao qualificar a violência doméstica da seguinte forma:

Art. 5º Para os efeitos desta Lei, configura violência doméstica e familiar contra a mulher qualquer ação ou omissão baseada no gênero que lhe cause morte, lesão, sofrimento físico, sexual ou psicológico e dano moral ou patrimonial: I - no âmbito da unidade doméstica, compreendida como o espaço de convívio permanente de pessoas, com ou sem vínculo familiar, inclusive as esporadicamente agregadas; II - no âmbito da família, compreendida como a comunidade formada por indivíduos que são ou se consideram aparentados, unidos por laços naturais, por

afinidade ou por vontade expressa; III - em qualquer relação íntima de afeto, na qual o agressor conviva ou tenha convivido com a ofendida, independentemente de coabitação. Parágrafo único. As relações pessoais enunciadas neste artigo independem de orientação sexual.

Dessa maneira, com base na Lei Maria da Penha, define-se cinco formas de violência doméstica e familiar:

1. Violência física: ações que atinja a integridade ou saúde do corpo da mulher, com empurrões, toques indesejados, tapas, socos, arremesso de objetos, pegadas a força, apertões, puxões de cabelo, mordidas, queimaduras, chutes, enforcamento, ameaça com objetos perfurocortantes, ou qualquer contato que cause dor, marcas, cortes, hematomas, traumas;
2. Violência psicológica: sendo a mais comum em relações abusivas e geralmente por onde se inicia o ciclo de violência, são condutas que causem prejuízo emocional, diminuição da autoestima, que visem o controle de ações, comportamentos, crenças e atitudes por meio de ameaças, chantagens, intimidação, constrangimento, manipulação, isolamento, vigilância, perseguição, insulto, ridicularização, exploração e limitação da liberdade;
3. Violência sexual: ações que obriguem a prática, participação, presença, permanências, consumo ou comercialização, de qualquer modo, da sexualidade e relações sexuais de forma indesejadas mediante intimidação, coação, ameaça e uso de força. Sendo aplicável também em relações previamente consentidas, em casos de retirada de preservativo, impedir o uso de métodos contraceptivos, negativa de interrupção do ato, entre outros.
4. Violência patrimonial: envolve a posse, retirada, privação e/ou danificação parcial ou total de bens, objetos pessoais, pertences materiais ou econômicos, como eletrônicos, equipamentos de trabalho, salários e benefícios.
5. Violência moral: que ataque a dignidade e honra da mulher diante da sociedade através de calúnia, difamação, ofensa/injúria.

Cada tipo de violência ameaça a integridade da mulher de alguma maneira, causando danos psíquicos, emocionais e físicos, podendo provocar o afastamento da vítima de sua rede de apoio e até levá-la ao suicídio. Porém, por serem múltiplas opressões, muitas vítimas não reconhecem que estão em situação de violência, assim como muitos agressores a banalizam, praticando como se fosse um comportamento natural, inerente ao ser, portanto aceitável. Por isso a importância que todos saibam identificar o ciclo da violência e conheçam as leis e os atendimentos especializados existentes capazes de dar suporte a essas vítimas, pois nenhuma mulher deve passar por isso sozinha. Assim como é preciso lutar contra a perpetuação de ideias patriarcais, raiz principal do problema, que prolonga a desumanização e inferiorização feminina.

Segundo o Instituto Maria da Penha (IMP), o ciclo de violência é dividido em 3 fases (Figura 01): a primeira acontece o aumento da tensão, discussões, brigas e reclamações, causando instabilidade na relação, podendo já apresentar sinais de violência psicológica, a vítima se sente culpada e procura evitar ações que possam ser usadas como motivo de desentendimento; na segunda fase o agressor se descontrola e explode violentamente, liberando a tensão acumulada na primeira, partindo pra agressão; a terceira fase é marcada pelo arrependimento do agressor, que se mostra de forma amorosa e romântica, disposto a mudar, promete nunca mais cometer os mesmo erros, vivendo em lua de mel, no intuito de reconquistar a parceira. Após conquistar o perdão e viver um momento de calma, tudo recomeça, reiniciando o ciclo. Com o tempo, o intervalo entre as fases vai ficando cada vez menor, e as agressões se intensificando cada vez mais, sem seguir uma ordem. Esse ciclo só será quebrado com a fuga ou, infelizmente, a morte da vítima.

Figura 01 - Ciclo de violência



Fonte: Instituto Maria da Penha com edição da autora (2023)

A 'Plataforma de Ação', citada no início da seção, também destacou que a violência é uma realidade compartilhada pelas mulheres ao redor do mundo, afetando todas as fases da vida e suas consequências prejudicam o desenvolvimento na juventude, a fase adulta e o envelhecimento digno dessas mulheres. O documento também ressalta as violências específicas resultantes da interação da condição de gênero com outras conjunturas, vividas por mulheres negras, indígenas, baixa renda entre outras.

É extremamente comum, em uma sociedade patriarcal como a nossa, o contato com frases e situações que normalizam a violência contra mulher ou tentam culpar a própria vítima. Frases como “ela pediu pra ser agredida”, “se ela não gostasse, já teria abandonado o relacionamento” ou “em briga de marido e mulher, não se mete a colher” são frequentemente expressas por pessoas a nossa volta, até mesmo por aquelas que se dizem progressistas de alguma maneira. Isso, além de fortalecer o descaso do poder público no combate à violência doméstica, como se fosse um problema da esfera privada, e não pública, indica que a raiz do problema de fato é social e como é preciso voltar as atenções para além da assistência pós-violência. Combater o patriarcado é essencial para evitar que essas situações aconteçam e só assim será construída uma sociedade segura para as mulheres.

Além disso, pressupor que a vítima permanece em situação de violência por gostar, ou julgar como fácil o processo de quebra do ciclo de violência é um tanto desonesto. A violência de gênero é resultante da desigualdade social estruturalmente imposta entre homens e mulheres, e o fator econômico, assim como vulnerabilidades relacionadas a faixa etária, raça/etnia e escolaridade, são um dos motivos que aumentam o risco e a suscetibilidade de violência, perpetuando o ciclo. Além disso, o medo de sofrer mais violências, de não conseguir se sustentar, de ser culpada pela separação, de perder a guarda dos filhos, a vergonha, a dependência afetiva, a sensação de estar sozinha e que ninguém irá acreditar nela assim como a crença de que um dia aquela situação irá mudar, e que o agressor irá “melhorar”, são alguns dos motivos que impedem que esse ciclo seja quebrado.

Ou seja, sair dessa situação vai além de apenas denunciar o agressor. As condições propícias incluem uma rede de apoio forte e estável, assistência médica, jurídica e psicossocial disponível e eficiente, condições financeiras que permitam o sustento próprio e de seus dependentes e, sobretudo, a garantia de que ao denunciar o agressor, suas acusações não serão questionadas ou invalidadas e as medidas cabíveis serão tomadas. Por isso a importância de ter espaços físicos especializados no atendimento, acolhimento e suporte dessas mulheres, oferecendo o apoio necessário para quebrar o ciclo de violência e lidar com suas consequências.

De acordo com o Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA *apud* Ministério da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos, 2020), a violência afeta a saúde mental dessas vítimas, além de afetar a capacidade de concentração, o sono e a tomada de decisões, abalando a autoestima e aumentando as probabilidades de apresentar estresse pós-traumático e depressão. Além das consequências para as mulheres, as crianças e adolescentes que presenciam situações de violência podem ter sua saúde física e psicológica afetada, apresentando agressividade, isolamento, dificuldade no aprendizado, déficit de atenção e transtornos mentais, comprometendo seu desenvolvimento (Ministério da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos, 2020). Ou seja, a violência doméstica não afeta apenas a mulher, então, ao ser combatida, deve focar em todos os que são afetados.

Segundo o relatório “Visível e Invisível: a Vitimização de Mulheres no Brasil” divulgado em março de 2023 pelo Fórum Brasileiro de Segurança Pública, todos os tipos de violência contra mulher cresceram no ano de 2022. Os números alcançaram a maior marca desde a primeira edição da pesquisa, realizada em 2017, revelando que 18,6 milhões de brasileiras foram vítimas de algum tipo de violência. Nesse ano, foi registrado um aumento de 6,1% do número de feminicídios, ou seja, 1.437 mulheres mortas unicamente por serem mulheres. Em se tratando da violência doméstica, houve um aumento de 2,9%, totalizando 245.713 casos; as ameaças cresceram 7,2% e os acionamentos ao 190, número de emergência da Polícia Militar, chegaram a 899.529 ligações, isto é, 102 acionamentos por hora.

Quando se fala dos autores dessas violências, é alarmante constatar que em sua maioria é por parte de um companheiro, ex-companheiro, familiar ou conhecido. Segundo a Organização Pan-Americana de Saúde (OPAS), globalmente, até 38% dos assassinatos de mulheres são cometidos por um parceiro íntimo do sexo masculino. No Brasil, segundo o Anuário Brasileiro de Segurança Pública (ABSP) de 2023, em 53,6% dos casos de feminicídio o autor é identificado como parceiro íntimo, em 19,4% como ex-parceiro íntimo e em 10,7% constava como outro familiar masculino, como filho, irmão ou pai. Mesmo com a facilidade de identificação do autor, a subnotificação impede a apuração de muitos casos e, mesmo quando as vítimas denunciam, apenas 85% das medidas protetivas de urgência requeridas são atendidas (ABSP, 2023). Isso indica como o Estado Brasileiro coopera para vulnerabilidade das vítimas ao estabelecer obstáculos no acesso à justiça por essas mulheres que buscam socorro no judiciário.

O feminicídio é entendido como “a parte final de um processo de agravamento da violência” (Pasinato, *apud* ABSP, 2023). E 7 em cada 10 vítimas foram mortas dentro de casa (ABSP, 2023), um ambiente que deveria ser seguro, mas que não garante proteção nenhuma às mulheres, o que ratifica como a construção do ‘mapa do medo’ em nossos subconsciente é controverso, pois, em contraste às instruções para temermos o desconhecido, direcionando o medo para longe de casa, para as mulheres, o perigo não está apenas nas ruas, ele está presente dentro do próprio lar (Kern, 2021).

Todos os dias as violências de gênero reafirmam que certos espaços, tanto público quanto privados, não foram feitos para as mulheres e é um compromisso político de todos combater essas violências, inclusive dos arquitetos e urbanistas, pensando soluções que garantam a seguridade e assistência dessas mulheres, evitando projetar lugares inóspitos, isolados, escuros, inacessíveis e que reforcem as relações de poder entre homens e mulheres. O que está em pauta é a vida dessas mulheres, e o que pode ser feito para tentar garantir um ambiente seguro. Para isso, como kern (2021) defende, as propostas e soluções não devem tratar o público e o privado como duas esferas independentes, mas sim influentes entre si, assim como é preciso pensar a relação entre o espacial e o social, e como os ambientes podem reforçar crenças, costumes, preconceitos e relações de poder, e, principalmente, é preciso considerar as interseccionalidades, para que, ao tentar promover maior seguridade a um grupo, não vulnerabilize outros.

2.2. Perfis sociais e as necessidades das vítimas

A escolha do uso do plural no título dessa seção não é despropositual, pois, como já foi abordado, assim como outras mazelas sociais, a violência doméstica passa por fatores territoriais, étnicos, raciais, de classe/renda, faixa etária, entre outros, que torna o público debatido diverso. Ao falar de violência contra mulher precisamos, primeiro, saber de quais mulheres estamos falando, quais são os perfis dessas vítimas, no plural. Visto que a simples categorização de ‘mulher’ não é capaz de reunir todas as singularidades que esses indivíduos possuem. Dados divulgados pelo Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA) mostram a diferença no número de incidência de violência contra mulheres brancas e negras, ou quando levado em consideração a faixa salarial dessas mulheres, por exemplo. É preciso entender as especificidades, e não ler este grupo como um todo, único e indiferente, para que as propostas sejam inclusivas e eficientes.

Djamila Ribeiro, em “Lugar de fala”, amparada a outras teóricas e feministas negras, como Grada Kilomba, Sojourner Truth, entre outras, expõe, por exemplo, como o feminismo hegemônico, em sua primeira onda, ao lutar pelo sufrágio, pela liberdade e direito das ‘mulheres’ não foram inclusivas, pois, no momento que não se reconhece o ponto de partida do qual se fala, e a existência de diversos outros pontos e realidades, tenta-se universalizar e enquadrar o espectro feminino em uma caixa fachada, que acaba por invisibilizar corpos

historicamente marginalizados, contribuindo com a violência contra eles. Djamilia aborda de forma crítica a ideia de 'mulher' de Simone de Beauvoir em "O segundo sexo", descrita como o "Outro do Um", afirma, então, que mulheres racializadas não compartilham da mesma categoria de 'outro' e sim integram uma nova, a de 'Outro do Outro' (Ribeiro, 2017).

Kimberlé Crenshaw (1991, *apud* Bonfim; Schechter, 2021), uma das principais intelectuais norte-americanas sobre a teoria crítica da raça, defensora dos direitos civis e estudiosa da interseccionalidade, analisa as experiências de mulheres racializadas vítimas de violência e mostra que em nível de intervenção, não é possível considerar apenas a perspectiva de gênero, pois, as barreiras enfrentadas por essas mulheres são completamente diferentes devido sua classe e cor. As opressões se interligam, então as discussões desenvolvidas pelo movimento negro, e pelo feminismo, quando feitas de forma separadas, são incapazes de expor a vivência dessas mulheres, pois normalmente a pauta racial não é incluída na agenda feminista, assim como a questão de gênero e o sexismo não é incluída na pauta racial.

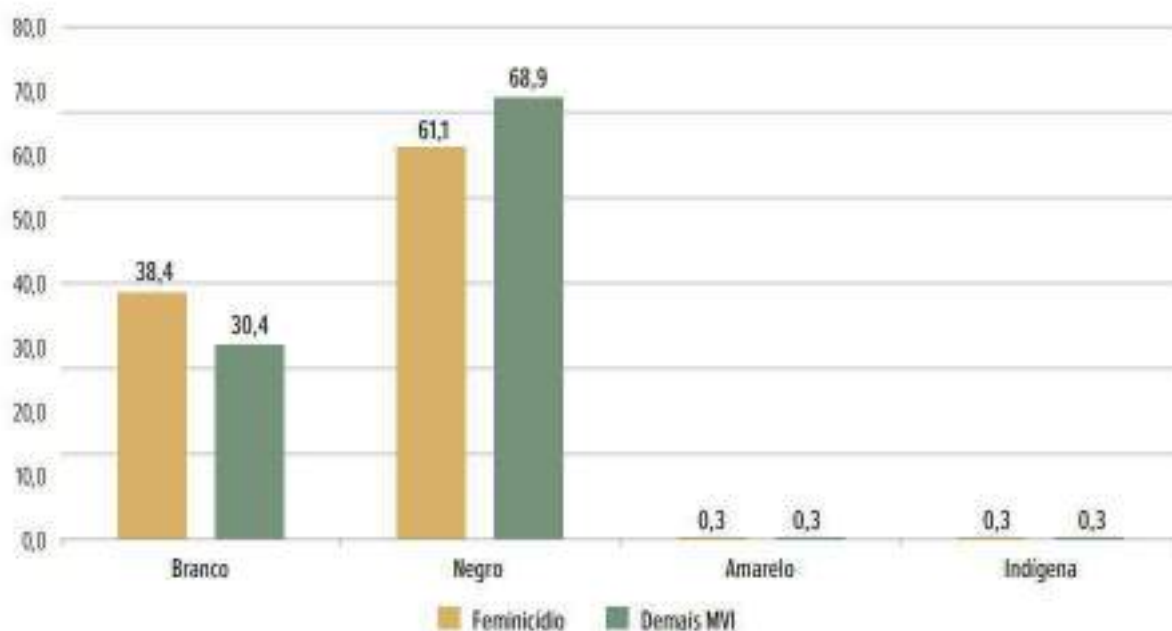
Audre Lorde, como mulher negra e lésbica, como Crenshaw (1991, *apud* Bonfim; Schechter, 2021) aborda, passou por dificuldades para se sentir pertencente aos movimentos, visto que as pautas eram e ainda são tratadas isoladamente. No entanto, qualquer ataque a pessoa de Lorde, seria uma questão do movimento de mulheres, como também do movimento LGBT, e do movimento negro. Porém, essa não é uma realidade única e exclusiva de Audre, como ela mesmo diz, visto que existem diversas outras mulheres que também são negras e LGBTs, por isso, em suas falas, afirma que não existe hierarquia de opressões e se deve lutar contra todas, não apenas uma de forma isolada, pois, é impossível que um grupo se beneficie da opressão vivida por outro grupo que também luta pelo direito a uma existência pacífica (Lorde, 1983).

Mesmo que a violência de gênero seja um denominador comum, outros marcadores de localização social moldam os tipos específicos de violência, assédio e perigo que as mulheres enfrentam (Kern, 2021). Falar de interseccionalidade é falar para além das diferenças raciais, etárias e de classe, é falar de mulheres trans, com deficiência, de culturas e religiões diferentes e entender como a violência de gênero se interliga com outros tipos de violência. Logo, qualquer intervenção destinada a promover uma maior segurança deve

passar por uma avaliação cuidadosa de como irá afetar os diferentes membros da sociedade e mesmo que seja impossível achar uma única solução que atenda a todos, ainda é preciso se ter uma abordagem interseccional sempre que possível (Kern, 2021).

No Brasil, de algum modo ou de outro, os elementos do racismo perpassam por todas as modalidades de crimes no país, e o recorte de raça/cor das mulheres vítimas de violência letal reafirma o quanto mulheres negras estão mais sujeitas a sofrerem violência. Segundo dados do ABSP 2023 (Figura 02), no ano de 2022, 61,1% das mulheres vítimas de feminicídio eram mulheres negras, enquanto 38,4% eram brancas, assim como nos demais casos de homicídios femininos, em 68,9% dos casos eram mulheres negras e 30,4% mulheres brancas.

Figura 02 - Percentual de raça/cor das vítimas de feminicídios e demais mortes violentas no Brasil em 2022

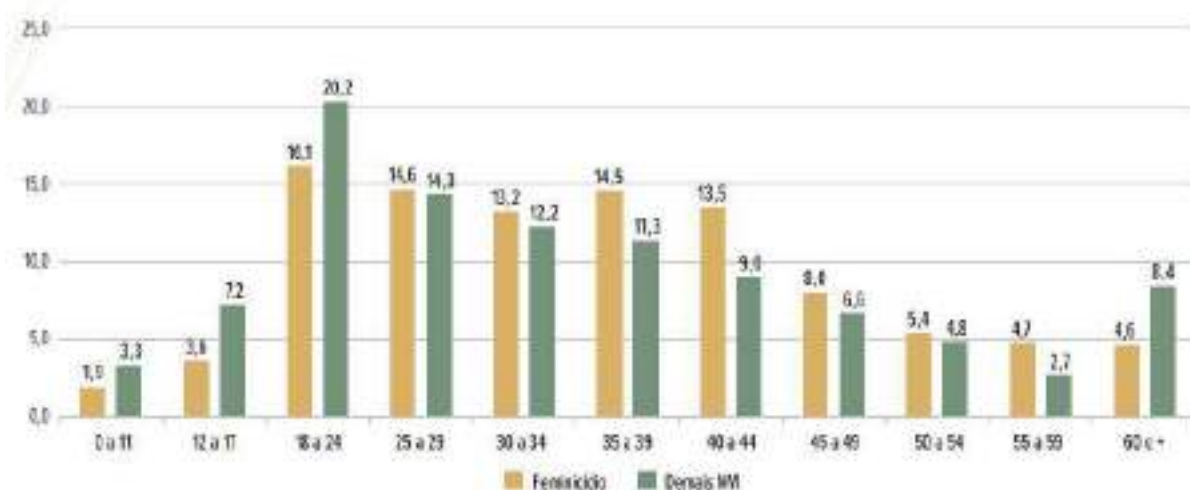


Fonte: Anuário Brasileiro de Segurança Pública (2023)

Além do recorte racial, a perspectiva etária também expõe uma diferença (Figura 03). Em 71,9% dos casos de feminicídio as vítimas tinham entre 18 a 44 anos quando foram mortas, sendo a predominância na faixa de 18 a 24 anos, já para as demais mortes violentas, a faixa de maior risco está entre 18 a 29 anos. Em comparação aos homens, que o risco de mortes violentas caem consideravelmente a partir do 29 anos, a dinâmica do feminicídio prolonga os

riscos de forma elevada por pelo menos mais 15 anos para as mulheres (ABSP, 2023)

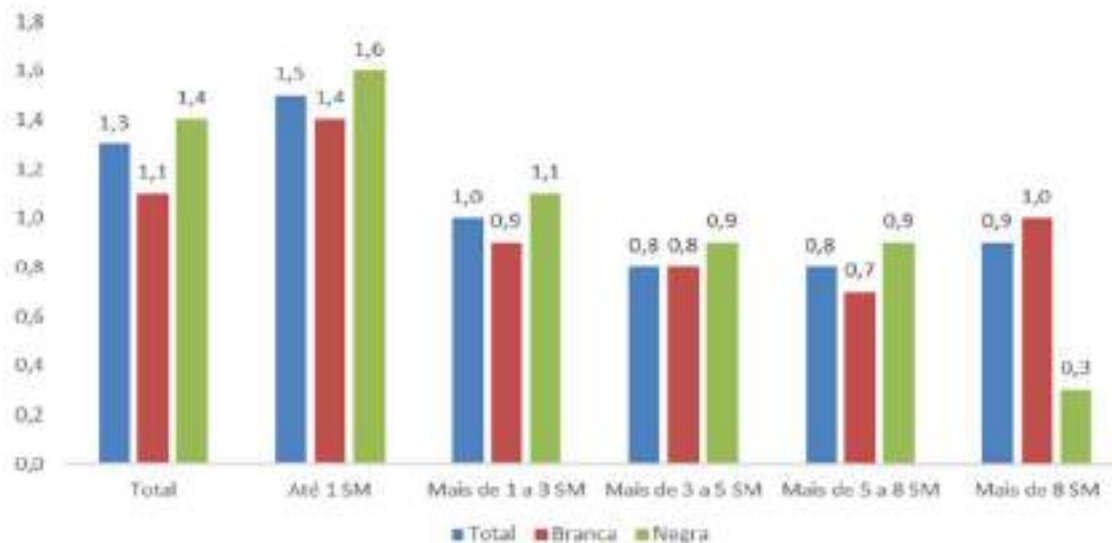
Figura 03 - Percentual de idade das vítimas de feminicídios e demais mortes violentas no Brasil em 2022



Fonte: Anuário Brasileiro de Segurança Pública (2023)

Em se tratando de classe social (Figura 04), enquanto a incidência de violência física contra mulheres negras aumenta entre mulheres com renda de até 1 salário mínimo (SM), e diminui de acordo com o aumento da faixa salarial, para mulheres brancas essa incidência diminui na faixa de 1 a 8 SMs e aumenta na faixa de mais de 8 SMs (IPEA, [201-]).

Figura 04 - Proporção de mulheres de 10 anos ou mais de idade que foram vítimas de agressão física, por raça/cor, segundo faixa de rendimento domiciliar per capita, Brasil, 2009



Fonte: Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada ([201-])

Além disso, é preciso analisar a violência contra pessoas com deficiência (PCD). Segundo o Atlas da Violência de 2021, a violência doméstica é a principal situação envolvendo violência interpessoal contra pessoas com deficiência, atingindo principalmente as mulheres, representando 58,5% dos casos. Outro dado importante a ser destacado é que, segundo a 4ª edição do relatório 'Visível e Invisível - a Vitimização de Mulheres no Brasil' do Fórum de Segurança Pública, disponível em 2023, 44,4% das mulheres entrevistadas, que responderam já terem sido vítimas de violência ou agressão, tem filhos.

Todos esses recortes são extremamente necessários para criação de propostas adequadas para o enfrentamento da violência doméstica. A nível de projeto, ter um programa de necessidades adaptado às especificidades desse público é garantir um acolhimento integral e eficiente, permitindo melhor atendimento das vítimas e maior abrangência das soluções empregadas. Ao passo que isso pode se tornar um desafio para o projetista, pode também ser o ponto de partida para a proposta. Pensar na possibilidade de modulação do projeto, por exemplo, é uma solução viável que permite adequações de usos após a análise do desempenho do edifício pós-ocupação tornando as soluções mais prósperas e eficazes.

2.3. A importância dos abrigos a partir de exemplos existentes

O objetivo desta seção é fazer uma leitura dos projetos de assistência social à mulher em situação de vulnerabilidade socioeconômica, análogos ao que será proposto no fim deste trabalho, para que se possa compor um acervo de referências projetuais a partir de propostas reais, avaliando o contexto de implantação e estimulando uma formulação mental do que seria uma proposta ideal ou condizente com as circunstâncias aqui impostas.

No Brasil, a Lei Maria da Penha (LMP), já citada no início desta unidade, foi crucial para o processo de construção de um país em combate à violência doméstica. A LMP é capaz de definir os tipos de violência e quem pode ser o agressor, cria os Juizados de Violência Doméstica e Familiar contra a Mulher, proíbe penas de multas ou cestas básicas, impede a renúncia da denúncia, a menos perante juiz, possibilita a aplicação de medidas protetivas de urgência, além de estabelecer diretrizes de capacitação do atendimento policial, criação de equipes multidisciplinares e espaços específicos de atendimento às vítimas.

Sendo assim, um instrumento essencial para a garantia da vida e segurança das mulheres.

Posterior a assinatura da LMP, temos a Lei nº 13.104, de 9 de março de 2015, conhecida como a Lei do Feminicídio, responsável por tipificar o assassinato de mulheres decorrente de violência doméstica ou pelo simples desprezo ou discriminação à condição de mulher, foi importante para tornar esse crime hediondo e aumentar a pena quando precedido das situações aqui citadas. Outra ferramenta relevante para o enfrentamento da violência contra mulher é a Lei nº 13.931, de 10 de dezembro de 2019, que obriga os profissionais de saúde a notificar às autoridades policiais casos de violência doméstica que cheguem aos postos, hospitais ou qualquer estabelecimento de saúde.

Para mais, em 8 março de 2023, no Dia Internacional da Mulher, foi outorgado o decreto de número 11.431, que institui o Programa Mulher sem Violência, no qual uma das ações para seu desenvolvimento é a implementação da Casa da Mulher Brasileira, espaço destinado a reunir os principais serviços especializados e multidisciplinares de atendimento às mulheres em situação de violência. Além disso, em setembro deste ano, o atual presidente da república, Luiz Inácio Lula da Silva, sancionou o Projeto de Lei nº 4.875/2020 que garante o direito a auxílio-aluguel para vítimas de violência doméstica em situação de vulnerabilidade social e econômica por até seis meses (G1, 2023).

No Brasil, além do serviço prestado pela Central de Atendimento à Mulher - Ligue 180, existe uma rede de atendimento à mulher, garantida por lei, que é composta por serviços na área da justiça, saúde, segurança pública e assistência social. Cada área possui órgãos especializados em atendimento às mulheres em situação de violência. Alguns exemplos são as Delegacias Especializadas de Atendimento às Mulheres (DEAMs), na segurança pública; o Núcleo de Defesa da Mulher nas Defensorias Públicas, na área de assistência jurídica; serviços de saúde especializados, na saúde; e, na assistência social, as Casas-Abrigo, Casas de Acolhimento e Centros de Referência Especializados de Assistência e Atendimento à mulher, sendo locais de extrema importância que oferecem atendimento, abrigo e proteção às mulheres sob risco iminente de morte pelo tempo necessário para que a vítima possa voltar às suas atividades normais.

Nota-se que a legislação brasileira é munida de ferramentas importantes para a luta contra a violência doméstica, sendo, então, ambíguo, complexo e

questionável o alto número anual desses casos. Outra observação é o fato da Casa da Mulher ser um instrumento inquestionavelmente e legalmente reconhecido e estimulado, sendo significativo para a quebra do ciclo de violência e acolhimento da vítima.

Para o processo de exploração de projetos de assistência à mulher, podemos iniciar com um exemplo internacional valioso, que através da composição projetual demonstra a importância de pensar a diversidade e inclusão nesses espaços, a Casa Ada e Tamar (Figura 05). Localizado na segunda maior cidade e capital econômica de Israel, Tel Aviv-Yafo, projetada por Amos Goldreich Architecture e Jacobs Yaniv Architects, fornece refúgio para mulheres e crianças em dificuldades e abusos de todas as localidades e origens. A inspiração para o conceito do projeto surgiu a partir da obra “Okamoto” de Eduardo Chillida, que foi escavada em uma montanha, originando duas superfícies antagônicas, a externa mais rústica e a interna lisa e delicada.

Figura 05 - Fachada Casa Ada e Tamar



Foto: Amit Geron (2018). Disponível em: [Abrigo para Vítimas de Violência Doméstica | ArchDaily Brasil](#)

Essa oposição também foi aplicada ao projeto do abrigo resultando em duas fachadas, a externa com elementos que imprimem a sensação de segurança e proteção e, na fachada interna, em torno de um pátio ajardinado, cria-se o “coração terapêutico do projeto”, um espaço humanizado que traz a natureza como solução para auxiliar a recuperação psicológica das pessoas

acolhidas além de desempenhar a função de um ponto de encontro entre os que estão presentes. Esse pátio, cercado apenas por divisórias em vidro (Figura 06), que o separa do corredor, também é capaz de criar conexões visuais, permitindo que as mães observem seus filhos ou estabeleça uma visão mútua com a equipe, e os corredores funcionam como “ruas” conectando toda a edificação, permitindo um fluxo livre e interações ocasionais.

Figura 06 - Fachada Casa Ada e Tamar



Foto: Amit Geron (2018). Disponível em: [Abrigo para Vítimas de Violência Doméstica | ArchDaily Brasil](#)

O projeto é um complexo de várias pequenas “casas” (Figura 07) que é destinado a cada núcleo familiar que chega no abrigo, sendo sua capacidade máxima de até 12 famílias. Essas unidades são separadas por áreas de funções comuns e unidas pelos corredores internos, preservando a individualidade de cada grupo. A composição se torna inclusiva e acolhedora por possuir um berçário, que funciona como creche comum, assegurando que as mães possam deixar seus filhos em um ambiente seguro durante o dia. Dentre os outros ambientes presentes estão: o jardim de infância, sala de informática, lavanderia, cozinha e refeitório, acomodação para funcionários, e áreas de escritório para o gerente do edifício, assistentes sociais, psicólogo infantil, advogado em tempo integral, entre outros, compondo um local não apenas de casa de passagem, mas capaz de fornecer um amparo integral para toda a família.

Figura 07 - Planta baixa Casa Ada e Tamar



Foto: Amos Golderich Architecture e Jacobs Yaniv Architects (2018). Disponível em: [Abrigo para Vítimas de Violência Doméstica | ArchDaily Brasil](#)

Quando se volta para os exemplos presentes no Brasil, percebemos que apenas o fator de humanização e construção de uma rede de apoio não é suficiente para suprir as necessidades dessas mulheres, é preciso também pensar no fator econômico. A Casa da Mulher Brasileira (Figura 08), que possui sede em várias cidades brasileiras, por exemplo, abrange serviços de acolhimento e triagem, apoio psicossocial, jurídico, cuidados infantis, alojamento de passagem, central de transportes e promoção da autonomia econômica. A Casa age como um facilitador do acesso a serviços que garantem condições para o enfrentamento da violência, empoderamento feminino e emancipação econômica.

Figura 08 - Casa da Mulher Brasileira



Fonte: Secretaria de Políticas para as Mulheres – SPM (2015).
Disponível em: [Casa da Mulher Brasileira é Inaugurada em Brasília](#)

Dentre os serviços ofertados, a triagem é o primeiro passo, firmando um laço de confiança e acelerando o encaminhamento a outros atendimentos ofertados pelas outras áreas de serviços da Casa ou a demais setores da rede quando necessários. Outros demais serviços são:

1. Atendimento psicossocial: importante para dar suporte às demais competências e auxiliar no processo de superação dos impactos da violência sofrida, focando no resgate da autoestima, autonomia e cidadania dessa mulher. Sendo fundamental para o combate a violência psicológica, extremamente recorrente e que mais afeta essas mulheres no processo de emancipação.
2. Suporte jurídico: abrange as medidas legais necessárias para prevenção, proteção e investigação dos crimes que a vitimaram. Devendo ser levada até a última etapa de sentença do processo.
3. Serviços de saúde: oferecem o suporte e os cuidados necessários principalmente, mas não exclusivamente, para as vítimas de violência sexual, prevenindo as infecções sexualmente transmissíveis e promovendo a contracepção de urgência, também proporcionando atendimento médico e psicossocial.

4. Cuidados infantis: como brinquedoteca, compõem uma rede de apoio às mães, dispondo um local seguro às crianças enquanto as mulheres aguardam atendimento.
5. Central de transporte: possibilita a locomoção das mulheres atendidas na casa aos pontos de acesso aos outros serviços prestados pela Rede de Atendimento, garantindo que não haja empecilhos financeiros para que essa mulher seja acolhida e atendida de forma integral.
6. Alojamento de passagem: é um serviço de abrigo temporário, de curta duração, de até no máximo 24h, destinado às mulheres e seus dependentes que estejam em situação de risco iminente de morte. Lamentavelmente, esse prazo não é suficiente para garantir que essas mulheres permaneçam em segurança, tendo situações em que é necessário que o prazo se estenda por meses.
7. Serviço de promoção da autonomia: destinado às mulheres em situação de vulnerabilidade social que não possuem sustento próprio e/ou de seus dependentes. Atuando como uma dentre as possíveis “portas de saída” da situação de violência, incentiva a conquista da autonomia econômica por meio da educação financeira, qualificação profissional e de inserção no mercado de trabalho.

A junção de todos esses serviços compõem uma rede importante para que essas vítimas sejam acolhidas, respeitadas e validadas. Obviamente, há pontos de atenção que precisam de melhorias, como a questão da duração do abrigo. É preciso pensar num sistema que de fato atenda essas mulheres até que elas estejam inteiramente livres da violência que foram submetidas e as consequências geradas por elas. Infelizmente, não é possível assegurar que essas mulheres nunca mais serão vítimas, talvez não mais da mesma violência a que já foram sujeitas, mas a outras formas, e por isso é importante pensar uma Casa de Acolhimento capaz de atender às demandas dessas mulheres pelo tempo necessário e pela quantidade de vezes que for preciso.

Os exemplos aqui apresentados auxiliam na ideação de um programa de necessidades completo, acessível e humanizado. Pensar na centralidade de espaços de encontro, de interação com a natureza, uma divisão que garanta a individualidade de cada pessoa atendida e seus dependentes, além de oferecer o suporte necessário para providências legais, apoio médico e psicossocial, e o

incentivo a autonomia econômica feminina são diretrizes projetuais pretendidas para o projeto proposto no fim deste trabalho. Visto que, projetos como esses, capazes de acolher, proteger e abrigar essas mulheres são ferramentas decisivas para a prevenção do feminicídio decorrente da violência doméstica, estando entre a vida e a morte dessas mulheres. Por isso, incentivar, investir e apoiar iniciativas desse tipo é crucial para construção de uma sociedade mais segura, justa e igualitária, fazendo valer a letra da lei.

2.4. Ocupação Rayana Alves

O Movimento Olga Benário é um movimento social nacional marcado pela luta por direitos e pela vida das mulheres, que atua em ações de combate a violência de gênero e possui diversas ocupações espalhadas pelo país (Figura 09) que contribuem para a formação política feminina e desempenham um papel assistencial significativo nessa luta. A Ocupação Rayana Alves, localizada no Bairro da Batista Campos do município de Belém, é a 12ª ocupação do movimento, sendo a primeira localizada no norte do país, e é um espaço aberto, que acolhe e abriga mulheres vítimas de violência e permite o acesso aos serviços necessários de forma desburocratizada.

Figura 09 - Mapa de ocupações do Movimento de Mulheres Olga Benário



Fonte: Bárbara Rodrigues Marinho (2023). Disponível em: [EXISTO PORQUE RESISTO: A Casa de Referência Mulheres Mirabal como corpo-território e expressão política das lutas feministas no espaço urbano.](#)

O primeiro contato com a ocupação foi através da sessão temática de número 12 do Vigésimo Encontro Nacional da Associação Nacional de Planejamento Urbano (XX ENANPUR), que aconteceu em maio de 2023, e após a apresentação de diversos trabalhos sobre “Gênero, etnia e diversidade no campo e na cidade”, nos debates finais foi comentado a existência de uma ocupação que desempenhava um importante trabalho de acolhimento às vítimas de violência no município de Belém. O interesse pela ocupação foi imediato, até que após iniciar este trabalho, a então mentora deste, Bárbara Baleixe, lembrou a existência da ocupação e compartilhou o perfil para que pudesse entrar em contato. A partir de então, realizei visitas ao local e passei a conhecer pessoalmente os trabalhos e programações desenvolvidas ali e participar informalmente nas divulgações para apoio às causas por elas defendidas.

A ocupação recebe o nome de uma importante militante, Rayana Alves –Presente!–, que, desde seus 16 anos, se filiou ao Partido Comunista Revolucionário (PCR) e dedicou sua vida à luta do povo por um mundo melhor. Em 2019, Rayana ajudou a construir o 1º Encontro Estadual do Movimento Olga no Pará, onde foi uma das eleitas para a Coordenação Estadual e passou a participar com mais intensidade nas atividades ocorridas dentro e fora da capital paraense, atuando também em conjunto com o Movimento de Luta nos Bairros, Vilas e Favelas (MLB) e Unidade Popular (UP), da mesma forma, se fazendo presente, nas brigadas do jornal “A Verdade”, sempre denunciando as mazelas sociais e apresentando caminhos melhores para a classe trabalhadora. A infeliz perda da companheira no início de dezembro de 2020 simboliza a dificuldade na luta contra um sistema que oprime, deprime e massacra a juventude, mas sua luta se eterniza para que outros jovens não tenham o mesmo desfecho (A VERDADE, 2020).

Eternizar o nome de Rayana em uma ocupação que luta pelos direitos e pela vida das mulheres, carrega um forte simbolismo e nos faz lembrar do porquê, para quê e quem lutamos. A ocupação desempenha um papel vital para a materialização da luta e resistência do Movimento Olga Benário na região, e para além da assistência psicológica, jurídica e do alojamento de passagem, também promove ações de saúde com as acolhidas (Figura 10), de incentivo à emancipação econômica, voltada tanto para as mulheres abrigadas, quanto para o público em geral. Em um estado que registrou 18.428 ocorrências de violência

contra a mulher no período de janeiro a fevereiro de 2022 (O Liberal, 2022), sendo, em 2019, o estado da região norte com mais casos de feminicídios (G1, 2020) é inegável a relevância e a necessidade dessa ocupação no município de Belém.

Figura 10 - Ação de saúde com as mulheres abrigadas na Ocupação rayana Alves



Foto: Movimento Olga Benário (2023). Disponível em: [8 meses de resistência da Ocupação de Mulheres Rayana Alves, em Belém - A Verdade](#)

A Ocupação Rayana Alves (Figura 11) surgiu exatamente a partir da observação da necessidade de um espaço capaz de acolher mulheres vítimas de violência. Ana Carolina Martins –ou Carol, como prefere ser chamada–, uma das coordenadoras da Ocupação e Coordenadora Estadual e Nacional do Movimento Olga, compartilhou que nos diversos encontros do movimento muitas mulheres vítimas de violência procuravam auxílio, denunciavam suas situações e relatavam a necessidade de um espaço voltado para o acolhimento dessas vítimas. Além disso, com a pandemia do COVID-19 e a necessidade de isolamento social, a violência doméstica se agravou em todo país, não sendo diferente na capital

paraense, Carol lembrou em conversa. Foi então que o Movimento Olga se organizou e, em agosto de 2022, ocupou um prédio que estava há aproximadamente 7 anos abandonado, sem cumprir função social e apenas servindo para especulação imobiliária (A Verdade, 2022).

Figura 11 - Fachada Ocupação Rayana Alves



Foto: JAV/PA. Disponível em: [Nasce a ocupação de mulheres Rayana Alves, em Belém - A Verdade](#)

O prédio antes era sede de uma escola do estado, mas depois, se tornou um local inutilizado, e, sem os cuidados devidos, oferecia riscos para a população que frequentava o entorno, sendo um local propício para crimes, principalmente crimes contra mulheres. A ocupação, pelo contrário, deu função à edificação, um espaço, no centro da cidade e em um dos bairros mais caros da capital, que, desde o primeiro dia, já atendeu dezenas de mulheres e crianças, permitindo a quebra de ciclos violentos, assegurando a vida dessas mulheres e lutando por um futuro mais digno. Além do acolhimento e abrigo de passagem disponibilizado pela ocupação, o espaço também funciona como sede para outras manifestações populares, como exposições culturais, cursos, reuniões, assembléias e plenárias

de outros movimentos sociais, palestras e debates, suprindo diversas carências não atendidas pelo poder público.

Infelizmente, o estado do Pará não conta com infraestrutura suficiente para atender as vítimas de violência, exemplo disso é a existência de apenas 17 Divisões Especializadas no Atendimento à Mulher (DEAMs), mesmo possuindo 144 municípios (A Verdade, 2022). Além disso, o estado possui, segundo o Ministério da Mulher, apenas sete casas-abrigo, mesmo tendo registrado, segundo o Anuário Brasileiro de Segurança Pública, 9.845 casos de lesão corporal dolosa contra mulheres, 827 mil ligações recebidas pelo 190 sobre violência doméstica envolvendo vítimas do sexo feminino e 245,7 mil casos de agressões em contexto de violência doméstica em 2022 (O Liberal, 2023). A escassez dos serviços e as barreiras impostas às vítimas ao buscarem justiça, como o despreparo dos profissionais, apontam que a estrutura existente é insuficiente para atender de forma devida essas mulheres, o que põe em risco a vida das cidadãs paraenses.

No entanto, no segundo semestre de 2023, a Ocupação Rayana Alves, tão importante para a luta contra a desigualdade social e violência de gênero em Belém, sofreu injustamente com uma ordem de despejo. Uma decisão contraditória que botou em risco a vida de mulheres e crianças abrigadas pela ocupação e ameaçou o fim de um serviço que o poder público está sendo incapaz de ofertar. Felizmente, depois de uma semana intensa de resistência e muita luta, com panfletagem, ações culturais, plenárias, movimentação midiática entre outras, o apoio jurídico da ocupação conseguiu reverter a decisão. Essa foi apenas mais uma batalha vencida pelo Movimento Olga Benário, que estava preparado para esse momento truculento.

A ocupação, antes mesmo da ordem de despejo, já vinha tentando contato com o poder público para conquistar algum apoio, porém nenhuma investida foi atendida. Para manter a ocupação, então, é necessário pedir apoio popular, promover bazares, oficinas, entre outros, para arrecadar fundos que permitam o sustento das mulheres e crianças abrigadas, a manutenção e limpeza do espaço. As doações e o voluntariado são peças importantes para a permanência da ocupação, que foi construída com a força popular e que diariamente retorna esse esforço servindo e prestando serviços para essa população.

Acompanhar e vivenciar as atividades realizadas na ocupação de forma mais próxima fornece uma experiência que converge e agrega na diretriz projetual que será seguida na proposta final desse trabalho. Pensar um espaço seguro, diverso, desburocratizado, que atenda às vítimas de forma inclusiva, lutando pela reestruturação de suas vidas, reconectando-as social, cultural, econômica e politicamente, contemplando seus direitos como cidadãos, são ideais importantes que devem ser considerados em propostas importantes como essas. Para além de curar suas dores, é importante ampliar a possibilidade de escuta das suas vivências e lutar pelo fim do que causa seu sofrimento, construindo um futuro mais justo.

3. PROPOSTA DE PROJETO

Nesta unidade, pretende-se expor o objeto final deste trabalho, percorrendo todas as etapas com compõem o processo projetual, partindo desde o estudo preliminar até o projeto técnico básico, discutindo seu conceito assim como os objetivos, baseado nos dados e discussões expostas anteriormente, sintetizando as ideias da proposta e enumerando as necessidades, assim como os condicionantes legais.

3.1. Estudo Preliminar

3.1.1. Conceito

O conceito do projeto começa nas Icamiabas, nome dado às tribos indígenas presentes no norte do Brasil compostas por mulheres guerreiras e autossuficientes que compunham uma sociedade que seguia um sistema matriarcal. Essas guerreiras eram chamadas de Amazonas, nome que batizou o rio posteriormente a vitória das Icamiabas contra os invasores espanhóis (Dória 2018). Assim como na sociedade dessas guerreiras, o projeto visa resgatar e valorizar a força e independência feminina, através de um sistema de coletividade, cooperação e autogestão.

As Icamiabas possuíam a lua como sua protetora, e uma vez por ano realizavam um ritual dedicado à ela, o ritual das pedras verdes, onde moldavam os muiiraquitãs como símbolo de sorte e proteção. As principais fases da lua são: crescente, cheia, minguante e nova, e para filosofia holística, cada uma dessas fases possuem um significado, que norteia todo o funcionamento da Casa-abrigo:

A lua crescente representa ajustes e transformações, no projeto é representado pelo setor de atendimento, onde se inicia o processo de quebra do ciclo. A lua cheia simboliza criatividade, expansão e realização, sendo, no projeto, representado pelo setor profissional, onde novas habilidades serão desenvolvidas e aprimoradas para a conquista da independência financeira. A lua minguante significa renovação, desapego e limpeza, caracterizado pelo setor de acolhimento, oferecendo o suporte necessário para esse novo ciclo. Por fim, a lua nova está ligada a novos começos e caminhos abertos, refletido no setor do abrigo, que oferece um ambiente seguro para passar por essas mudanças pelo tempo necessário.

Na luação, como é chamado o ciclo da lua, a lua nova marca oficialmente o início do ciclo, após essa fase, tudo é diferente. Na Casa-abrigo, o fim da lua nova, com a saída do abrigo de passagem, deve representar que, a partir dali, tudo será diferente para essa mulher e ela estará pronta para outros ciclos que virão, transformada, auto suficiente, segura de si, e sabendo reconhecer sua força e valor.

3.1.2. Referências projetuais

Além dos projetos já citados na primeira unidade deste trabalho, que ajudaram a compor o programa de necessidades do projeto aqui proposto, outros trabalhos também servem de referência para intenções e diretrizes projetuais no sentido de escolhas materiais, métodos construtivos e impacto projetual.

O primeiro projeto é do escritório Origen 19°41'53" que também é um refúgio para mulheres vítimas de violência do ano de 2017 (Figura 12). Está localizado no México e possui um pouco mais de 1200m² de área construída, oferecendo assistência social para mulheres que foram vítimas de violência doméstica

Figura 12 - Refugio para Mujeres Víctimas de Violencia - Origen 19°41'53"



Fonte: Luis Gordo, Francisco Mendez. Disponível em [Abrigo para Mulheres Vítimas de Violência / ORIGEM 19°41' 53" N | ArchDaily en Español](#)

A edificação foi projetada para privilegiar a relação do usuário com a natureza (Figura 13), para reduzir a sensação de isolamento nas mulheres e seus

filhos, enquanto a arquitetura seria “diluída”, não sendo a protagonista (Figura 14).

Figura 13 - Presença da natureza no refúgio



Fonte: Luis Gordo, Francisco Mendez. Disponível em [Abrigo para Mulheres Vítimas de Violência / ORIGEM 19°41' 53" N | ArchDaily en Español](#)

Figura 14 - Arquitetura e natureza

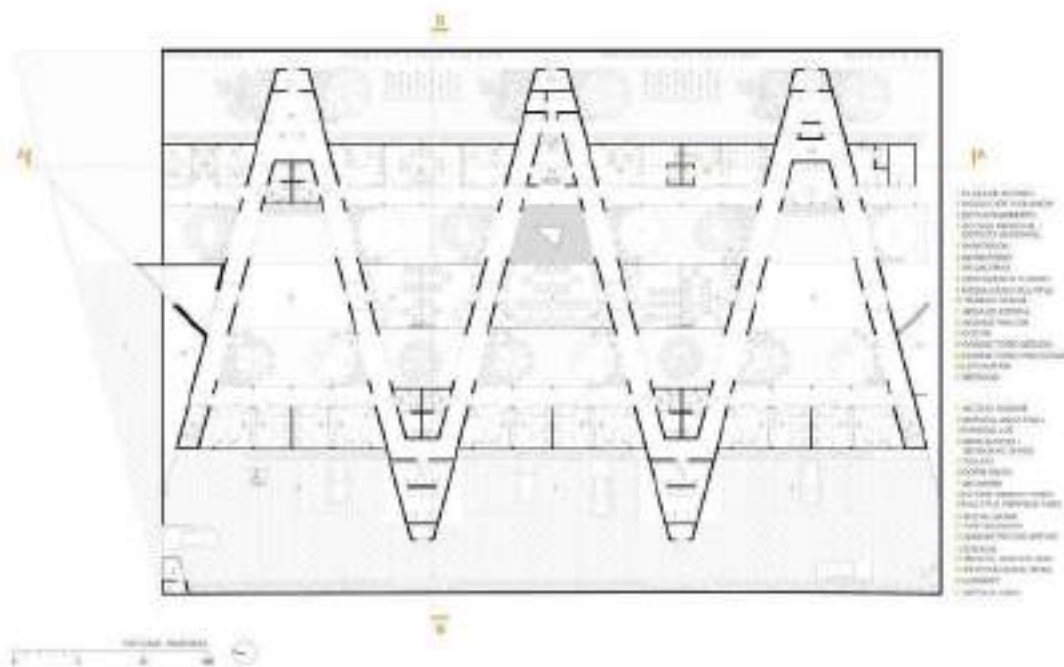


Fonte: Luis Gordo, Francisco Mendez. Disponível em [Abrigo para Mulheres Vítimas de Violência / ORIGEM 19°41' 53" N | ArchDaily en Español](#)

O projeto possui três eixos ortogonais, separados por jardins, que possibilita áreas de expansão futura, e é cortado por linhas diagonais, que surgem da limitação urbana natural na fachada norte, e se repetem até o fundo do

lote criando um ritmo projetual e uma composição arquitetônica de pura poesia, que possibilita sensações e rotas dinâmicas e encontros espontâneos (Figura 15).

Figura 14 - Planta baixa do projeto



Fonte: Luis Gordo, Francisco Mendez. Disponível em [Abrigo para Mulheres Vítimas de Violência / ORIGEM 19°41' 53" N | ArchDaily en Español](#)

Deste projeto, podemos tirar como referência para a proposta a valorização da relação com a natureza, através dos jardins internos que se misturam aos ambientes, a divisão em eixos, compondo uma divisão em módulos, e a previsão de área para expansão futura, assim como seu programa de necessidades fornece uma base para a proposta de projeto, sendo composto, na área externa, por pátio de acesso, estacionamento, guarita, e, internamente, pelos dormitórios, sanitários, área de espera, administração, cozinha, lavanderia, área de serviço, consultório médico, consultório psicológico, espaço multiuso e espaço para trabalho social.

O segundo projeto é a Academia Girl Move localizada em Moçambique do arquiteto Paz Braga e RootStudio do ano de 2019 (Figura 15). A edificação é usada pela instituição sem fins lucrativos e encabeça um novo estilo de modelo educacional que busca empoderar mulheres em contextos vulneráveis e ser um símbolo de liderança feminina. Este projeto foi desenvolvido para expor o impacto

social dos programas da Academia Girl Move e proporciona uma série de referências como: inovação, sustentabilidade e valorização dos recursos e conhecimentos locais.

Figura 15 - Academia Girl Move



Fonte: Paz Braga (2022) Disponível em [Academia Girl Move / ROOTSTUDIO + Paz Braga | ArchDaily Brasil](#)

O impacto do projeto atingiu os membros da comunidade acadêmica e da comunidade local de forma significativa, visto que foi escolhido usar tijolos produzidos no local a partir de técnicas tradicionais (Figura 16 e 17), onde os estudantes e vizinhos foram convidados a participar do processo construtivo compartilhando conhecimentos. Além disso, a escolha do material, produzido a partir da terra, foi extremamente importante para dignificar um material que normalmente é considerado pobre.

Figura 16 - Produção de tijolos



Fonte: Paz Braga (2022) Disponível em [Academia Girl Move / ROOTSTUDIO + Paz Braga | ArchDaily Brasil](#)

Figura 17 - Produção de tijolos



Fonte: Paz Braga (2022) Disponível em [Academia Girl Move / ROOTSTUDIO + Paz Braga | ArchDaily Brasil](#)

O primeiro contato com essa obra foi um momento regado de emoções e lágrimas. A composição, a forma, as sensações, a relação de formas e o jogo de luz e sombra que resulta, a ideologia que ele carrega foi algo pessoalmente bastante significativo (Figura 18). E o que se pode obter dele como referência

além de sua composição formal poética é o uso de materiais e técnicas construtivas sustentáveis, valorizando materiais locais e técnicas tradicionais.

Figura 18 - Jogo de luz e sombra a partir das formas geométricas



Fonte: Paz Braga (2022) Disponível em [Academia Girl Move / ROOTSTUDIO + Paz Braga | ArchDaily Brasil](#)

Por último, mas não menos importante, temos o projeto Casa Folha, de 2008, idealizado por Mareines e Patalano (Figura 19) que recebe esse nome pelo formato da cobertura que protege toda a edificação. A obra é inspirada em arquiteturas brasileiras indígenas, realizadas em climas quentes e úmidos, muito presentes na região norte do Brasil. As soluções adotadas no projeto conversam com o clima da região em que está presente, permitindo uma economia energética e utiliza de materiais renováveis, sendo considerada um exemplo de arquitetura verde no país.

Figura 19 - Fachada casa folha



Fonte: Leonardo Finotti (2011) Disponível em [Casa Folha / Mareines + Patalano | ArchDaily Brasil](#)

Uma das soluções que permitem maior eficiência energética e conforto ambiental é o uso de um pé direito majoritariamente mais alto, que permite a melhor circulação da ventilação e um resfriamento passivo dos ambientes. A ecoeficiência 'low-tech' é o conceito do projeto, visando o melhor aproveitamento possível dos recursos que o ambiente tem a oferecer.

Na estrutura da cobertura, foi utilizado a madeira laminada do eucalipto que permite grandes vãos com bastante facilidade e refinamento estético e o telhado é feito em pequenas peças de madeira pinús, ambas são consideradas materiais renováveis devido a velocidade com a qual atingem o tempo de colheita e serem madeira de reflorestamento. Além disso, as águas convergem para uma estrutura metálica central para serem recolhidas e reutilizadas em outro momento (Figura 20).

Figura 20 - Cobertura Casa Folha



Fonte: Leonardo Finotti (2011) Disponível em [Casa Folha / Mareines + Patalano | ArchDaily Brasil](#)

Desse projeto, podemos tirar a boa relação e as boas práticas com a natureza, através da escolha de materiais naturais, integralidade com o entorno e soluções bioclimáticas adaptadas à região que favorecem a eficiência energética e o conforto térmico dentro dos ambientes. A união dessas três obras mais as tratadas anteriormente fornecem diretrizes projetuais a serem seguidas para alcançar o objetivo geral deste trabalho.

3.1.3. Intenções do projeto

A intenção do projeto é propor uma Casa de Acolhimento para Mulheres Vítimas de Violência Doméstica que combine a luta pelo direito e vida das mulheres com a luta ambiental, defendidas pela vertente do Ecofeminismo. A partir disso, visa-se propor uma solução sustentável, de fácil manutenção e adaptação, que privilegie o contato com a natureza, converse com o exterior, respeite a intimidade das acolhidas e evite soluções que resultem no seu aprisionamento. Dessa forma, o uso de soluções construtivas sustentáveis

combinadas a soluções arquitetônicas acessíveis, empoderadoras e que incentivem uma consciência política feminista e ambiental, são escolhas baseadas nas premissas ecofeministas que nortearam as decisões projetuais.

Em se tratando da composição espacial física, deseja-se propor um projeto capaz de atender de forma integral as diversidades e especificidades de cada mulher. Além do primeiro atendimento, que irá direcionar o tipo de acolhimento e os serviços que a acolhida necessita assim que ela chega na Casa, o intuito é dispor espaços de interação e relação entre as mulheres, fortalecendo seus laços sociais, assim como ambientes voltados para o cuidado das acolhidas e de seus dependentes, como creches, brinquedotecas, bibliotecas, entre outros, assim como a profissionalização através de cursos, valorizando a mão de obra feminina e incentivando a independência financeira, assim como abrigos destinados a proteção e acolhimento da mulher e seus dependentes em situação de risco iminente de vida ou vulnerabilidade socioeconômica.

A autogestão é um princípio notado em outras referências de centros de assistência à mulher, onde a participação ativa contribui para manutenção do espaço, convivência harmônica e bom funcionamento do local. Um projeto feito para mulheres deve possuir uma gestão a partir da visão dessas mulheres, por isso, a fácil adaptação dos espaços se torna uma ferramenta importante para rápida adequação às necessidades identificadas por elas, assim como a possibilidade de ampliação futura.

Por último, mas não menos importante, deseja-se construir um ambiente seguro para as acolhidas e seus dependentes, mas isso não significa um projeto que as isole. O adoecimento causado pelo isolamento pode ser fatal e decisivo no processo de reestruturação social dessa mulher, então mesmo que seja necessário o sigilo acerca da localização da Casa, é importante a promoção de sociabilização entre a comunidade formada internamente assim como o constante contato com elementos da natureza.

Acredita-se que a união dessas premissas resultará na melhor eficiência do projeto, capacitando o local para um atendimento integral, acolhedor, seguro e inclusivo.

3.1.4. Área de intervenção

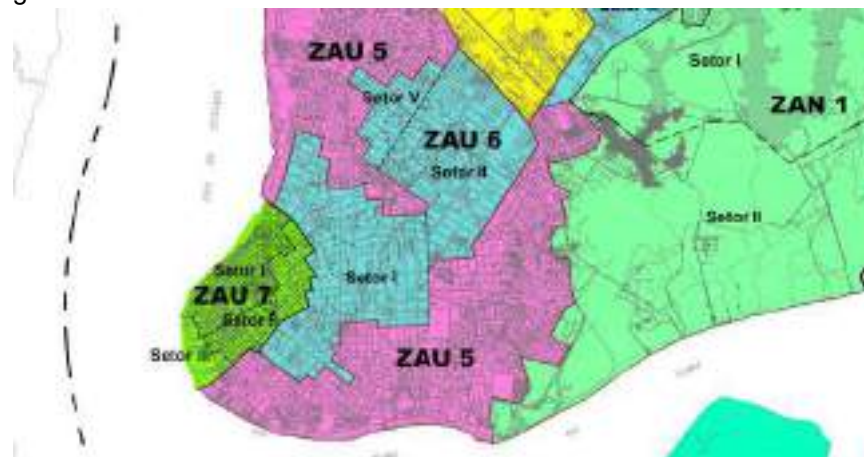
A área escolhida para implantação do projeto fica localizada na cidade de Belém-PA, na Travessa Padre Eutíquio, número 2742, esquina com Travessa Quintino Bocaiúva, no bairro da Condor. O terreno possui o formato de um polígono irregular (Figura 21), com medidas aproximadas de 95m de testada, 150m de fundo e 48m na face posterior, totalizando uma área de 10.276m². Segundo o Plano Diretor de Belém (2008), o sítio está inserido no limiar da Zona de Ambiente Urbano 6 (ZAU 6), setor I, que determina as diretrizes legais que serão seguidas no projeto, e adjacente a ZAU 5 (Figura 22).

Figura 21 - Localização do terreno



Fonte: Google Earth (2015)

Figura 22 - Zoneamento de Belém



Fonte: Belém (2008)

De um lado, na ZAU 6, seu entorno possui infraestrutura consolidada, está em processo de renovação urbana, inexistência de uso predominante, forte presença de atividades comerciais, grandes lotes com presença de verticalização e alto fluxo viário; de outro, na ZAU 5, há uma carência de infraestrutura e equipamentos públicos, uso predominantemente residencial, comércio e serviço nos principais eixos viários, alta densidade populacional, edificações térreas ou dois pavimentos, alta incidência de ocupação precária, núcleos habitacionais de baixa renda e risco de alagamento (Belém, 2008).

Segundo o quadro de aplicação de modelos urbanísticos presente no anexo X da Lei Complementar de Controle Urbanístico, que dispõe sobre o parcelamento, ocupação e uso do solo urbano do município de Belém (Belém, 1999), na ZAU 6 - setor I, é permitido os serviços “A”, “B” e “C”, onde B corresponde à “educação, saúde, institucionais, comunitários e religiosos;”, admitindo a aplicação dos modelos M0, M7, M10, M12 e M16 (Figura 23).

Figura 23 - Quadro de Aplicação de Modelos Urbanísticos

USOS	ZAU1	ZAU2	ZAU3		ZAU4	ZAU5	ZAU6					ZAU 7 Centro Histórico
			SETOR I	SETOR II			SETOR I	SETOR II	SETOR III	SETOR IV	SETOR V	
HABITAÇÃO UNIFAMILIAR	M0 ⁽⁷⁾⁽¹²⁾ M1 ⁽⁷⁾⁽¹²⁾	M0 ⁽⁷⁾⁽¹²⁾ M1 ⁽⁷⁾⁽¹²⁾	M0 ⁽²⁾ M1 ⁽²⁾	M0 ⁽²⁾ M1 ⁽²⁾	M0 ⁽⁸⁾⁽¹⁰⁾ M1 ⁽⁸⁾⁽¹⁰⁾	M0 M1	M0 M1	M0 M1	M0 M1	M0 M1	M0 M1	*
HABITAÇÃO MULTIFAMILIAR	M2 ⁽²⁾	M2 ⁽²⁾	M2 ⁽²⁾ M3 ⁽²⁾ M4 ⁽²⁾	M2 ⁽²⁾ M3 ⁽²⁾ M4 ⁽²⁾	M2 ⁽⁸⁾⁽¹⁰⁾ M3 ⁽⁸⁾⁽¹⁰⁾ M4 ⁽⁸⁾⁽¹⁰⁾	M2 ⁽¹²⁾ M3 ⁽¹²⁾ M4 ⁽¹²⁾	M4 M5	M2 M3 M4 M5 M6	M4	M4	M4	*
COMÉRCIO VAREJISTA/ COMÉRCIO ATACADISTA E DEPOSITO	M7 ⁽⁸⁾⁽¹²⁾ M9 ⁽⁸⁾⁽¹²⁾ M11 ⁽⁸⁾⁽¹²⁾	M7 ⁽⁸⁾⁽¹²⁾ M9 ⁽⁸⁾⁽¹²⁾ M11 ⁽⁸⁾⁽¹²⁾ M17 ⁽⁸⁾⁽¹²⁾	M0 ⁽²⁾ M5 ⁽²⁾⁽⁸⁾ M9 ⁽²⁾⁽⁸⁾ M13 ⁽²⁾⁽⁸⁾ M15 ⁽²⁾⁽⁸⁾	M0 ⁽²⁾ M5 ⁽²⁾⁽⁸⁾ M9 ⁽²⁾⁽⁸⁾ M13 ⁽²⁾⁽⁸⁾ M15 ⁽²⁾⁽⁸⁾	M0 ⁽⁸⁾⁽¹⁰⁾ M5 ⁽⁸⁾⁽¹⁰⁾ M9 ⁽⁸⁾⁽¹⁰⁾ M13 ⁽⁸⁾⁽¹⁰⁾ M15 ⁽⁸⁾⁽¹⁰⁾	M0 ⁽¹⁾ M5 ⁽¹⁾ M9 ⁽¹⁾⁽²⁾ M13 ⁽¹⁾⁽²⁾ M16 ⁽¹⁾⁽²⁾	M0 ⁽²⁾ M5 ⁽²⁾ M9 ⁽²⁾ M14 ⁽²⁾ M16 ⁽²⁾	M0 M5 M9 M13 ⁽²⁾	M0 M5 M13 M15 M16	M0 M5 M9 M14 M16	M0 M5 M9 M14 M16	*
SERVIÇOS "A", "B" E "C"	M7 ⁽²⁾ M9 ⁽²⁾ M11 ⁽²⁾	M7 ⁽²⁾ M9 ⁽²⁾ M11 ⁽²⁾ M17 ⁽²⁾	M0 ⁽²⁾ M7 ⁽²⁾ M10 ⁽²⁾ M11 ⁽²⁾ M15 ⁽²⁾ M16 ⁽²⁾	M0 ⁽²⁾ M7 ⁽²⁾ M9 ⁽²⁾ M11 ⁽²⁾ M15 ⁽²⁾ M16 ⁽²⁾	M0 ⁽⁸⁾⁽¹⁰⁾ M7 ⁽⁸⁾⁽¹⁰⁾ M9 ⁽⁸⁾⁽¹⁰⁾ M11 ⁽⁸⁾⁽¹⁰⁾ M15 ⁽⁸⁾⁽¹⁰⁾	M0 M7 M9 M10 M11 M16 M17	M0 M7 M10 M11 M12 M16 M18 ⁽²⁾ M18 ⁽²⁾	M0 M7 M10 M11 M15	M0 M7 M9 M11 M15	M0 M7 M9 M11 M15	M0 M7 M9 M11 M15	
INDÚSTRIA	M19 ⁽²⁾	M19 ⁽²⁾	M19 ⁽²⁾	M19 ⁽²⁾	M19 ⁽⁸⁾ M20 ⁽⁸⁾⁽¹¹⁾ M20A ⁽⁸⁾⁽¹¹⁾ M21 ⁽⁸⁾⁽¹¹⁾	M19 ⁽²⁾	M19	M19	M19	M19	M19	*

Fonte: Belém (1999)

O projeto se encaixa na categoria de serviços de saúde e modelo urbanístico M16 (Figura 24), devendo ter afastamento frontal e posterior de no

mínimo 5m, coeficiente de aproveitamento máximo equivalente a 3.0, permitindo uma área construída de até 31.500m² e taxa de permeabilização mínima de 0.10, ou seja no mínimo 1.050m². Outras diretrizes dependerão da altura final do projeto.

Figura 24 - Quadro de Modelos Urbanísticos

CATEGORIA DE USO	MÓ DELD	ÁREA DO LOTE m ² mín./máx.	TESTADA DO LOTE M Mínima	AFASTAMENTOS			COEFICIENTE DE APROVEITAMENTO máximo	TAXAS			OBSERVAÇÕES	
				FRONTAL m mínima	LATERAL m mínimo	FUNDOS m mínimo		OCUPAÇÃO P/ SEÇÃO TRANSVERSAL máxima	OCUPAÇÃO máxima	PERMEABILIZAÇÃO mínima		
#	M0	- / 125	-	-	-	-	1.5	-	0.0	-	Permitido compor os usos habitacionais, de comércio varejista e de serviço.	
Habitação	M1	125 / -	-	-	-	-	1.4	-	0.70	-	Permitir compor os usos comércio varejista e serviço.	
	M2	300 / -	12	5	2.5 para H=13.00m; 3.0 para H=22.00m; 3.5 para H=22.00m	3	1.4	0.70	0.50	0.20	Obrigatório o pavimento térreo em pilotis, admitindo-se a vedação de no máximo 50% da área de projeção. Permitido compor com comércio varejista e serviço até a altura de 5.00m para M2, M3 e M4 e até a altura de 7.00m para M5 e M6.	
	M3 (1)	400 / -					2.0					
	M4	450 / -					2.5					
	M5	600 / -	15	5	3.3							
	M6	750 / -			3.5							
Comércio e Serviço	M7	125 / 375	-	-	-	3	-					0.70
	M8	125 / 500	5	-	-	-	1.4	-				
	M9	250 / 1000	10	5	2.5 para H=13.00m; 3.0 para H=22.00m; 3.5 para H=22.00m, observado que até a altura de 7.00m não será exigido afastamento	3	2.0	Livre até H=7.00m, depois 0.70	0.70 até H=7.0m, depois 0.50			
	M10	250 / 1000					2.0					
	M11	250 / 2000					1.4					
	M12	250 / 2000					2.0					
	M13	500 / 1500					1.4					
	M14	500 / 1500					2.0					
	M15	1000 / -	20	5	3.0	1.4	0.70 até H=7.0m, depois 0.50					
	M16	1000 / -				3.0						
	M17	2000 / -				1.4						
	M18	2000 / -				3.0						
Indústria	M19	250 / 500	8	-	1.5	3	1.0	0.70 até H=7.0m, depois 0.50	0.20	Permitido compor com: + Comércio/Serviço; + Habitação, quando Indústria Artesanal.		
	M20	500 / 2000	12	5	2	5	0.7				0.50	0.25
	M20A	2000/20000	20	10	3	10	0.7					
	M21	2000 / -	20	10	3	10	0.5				0.30	

Fonte: Belém (1999)

3.1.5. Programa de necessidades

O programa de necessidades do abrigo é dividido em seis setores, correspondente ao Atendimento, Acolhimento, Profissionalizante, Abrigo, Serviços e Área Externa.

O setor de atendimento compõe o primeiro passo no processo de acolhimento da vítima, onde aguarda em uma recepção e é encaminhada a sala de triagem, onde é detectado às necessidades da mulher que procura o espaço.

A partir dessa primeira etapa, ainda na fase de atendimento, a partir da demanda, essa mulher é encaminhada para o atendimento médico, psicológico, social e/ou jurídico. O setor de atendimento também possui uma sala destinada à administração e ao almoxarifado, e conta também com banheiros adaptados para pessoas com deficiência.

O setor profissionalizante atende às necessidades de formação, especialização e valorização da mão de obra feminina, contando com sala de arte e artesanato, sala de gastronomia, sala de tecnologia, sala de estética, sala de ensino teórico e um auditório para apresentações, palestras e rodas de conversa. O setor também conta com instalações sanitárias próprias.

O setor de acolhimento atende às necessidades de rede de apoio à mulher, com espaços destinados a creche, brinquedoteca, biblioteca, e descarga da tensão emocional, com sala de TV, sala de estar e sala de jogos. Também conta com fraldário, e banheiros, além de um espaço aberto para socialização e livre circulação.

O setor de abrigo é composto pelas unidades de passagem que irão fornecer um local seguro para as vítimas em situação de risco iminente de morte ou vulnerabilidade socioeconômica pelo tempo necessário que chegam ao centro sozinhas ou acompanhadas de seus dependentes. As unidades são independente compondo mini apartamentos que prezam pela intimidade e individualidade de cada núcleo familiar, composta por um quarto, individual (com uma cama de solteiro) ou coletivo (com uma cama de solteiro mais um beliche) para até 2 dependentes ou dois quartos coletivos (com até 2 beliches) para mulheres com até 6 dependentes. Além dos quartos, a unidade de passagem também conta com banheiro particular e uma sala de estar.

O setor de serviço atende às necessidades principalmente dos abrigos, comportando a cozinha, refeitório, despensa, lavanderia e depósito de material de limpeza (DML).

Por fim, a soma desses ambientes compõem uma área mínima de 1.833,17m² e as relações entre os setores são representadas pelo organograma (Figura 25) e fluxograma (Figura 26) a seguir:

Figura 25 - Organograma



Fonte: Produção da autora (2023)

Figura 26 - Fluxograma



Fonte: Produção da autora (2023)

3.1.6. Partido

O partido do projeto surge dos amuletos produzidos pelas Icamiabas durante o ritual das pedras verdes, os muiraquitãs, que simbolizam sorte e proteção (Figura 27), para representar a proteção das mulheres acolhidas.

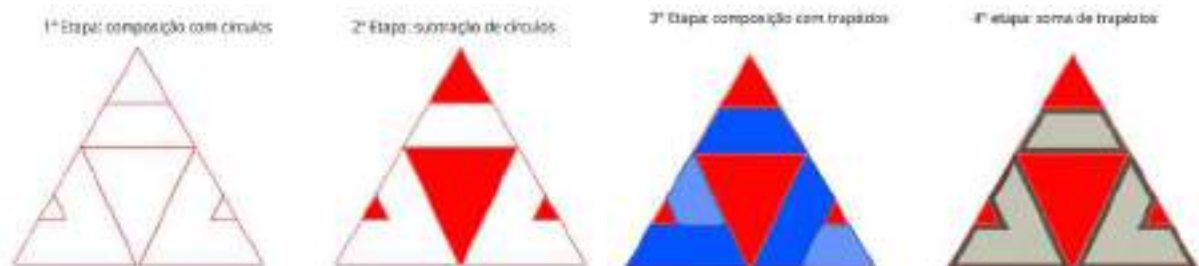
Figura 27 - Muiraquitã



Disponível em [Muiraquitã](#)

A partir do formato do amuleto, é possível atribuir uma forma geométrica mais conhecida, o triângulo, e com o processo de subtração dessa mesma forma é possível obter um formato de cheios e vazios composto por triângulos e trapézios (Figura 28).

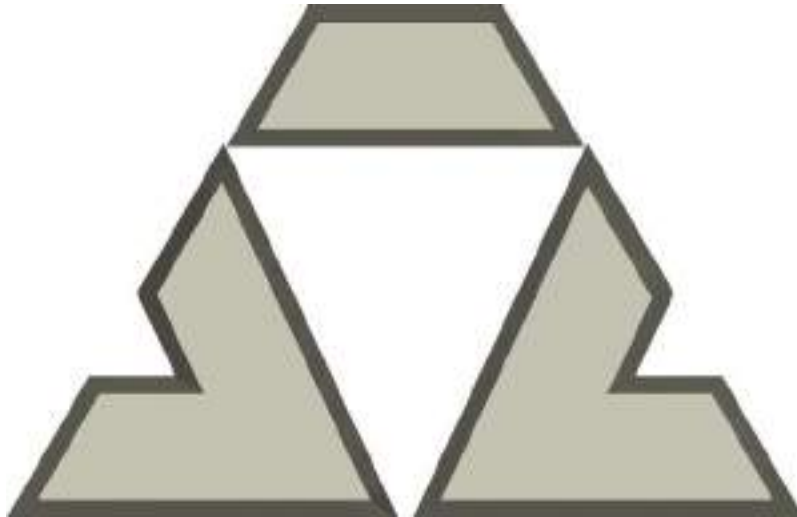
Figura 28 - Muiraquitã



Fonte: Produção da autora (2023)

Após esse processo, a forma resultante sugere um vazio central, onde será localizado o jardim interno, ladeado pelos volumes das edificações, que serão separadas de acordo com seus setores (Figura 29).

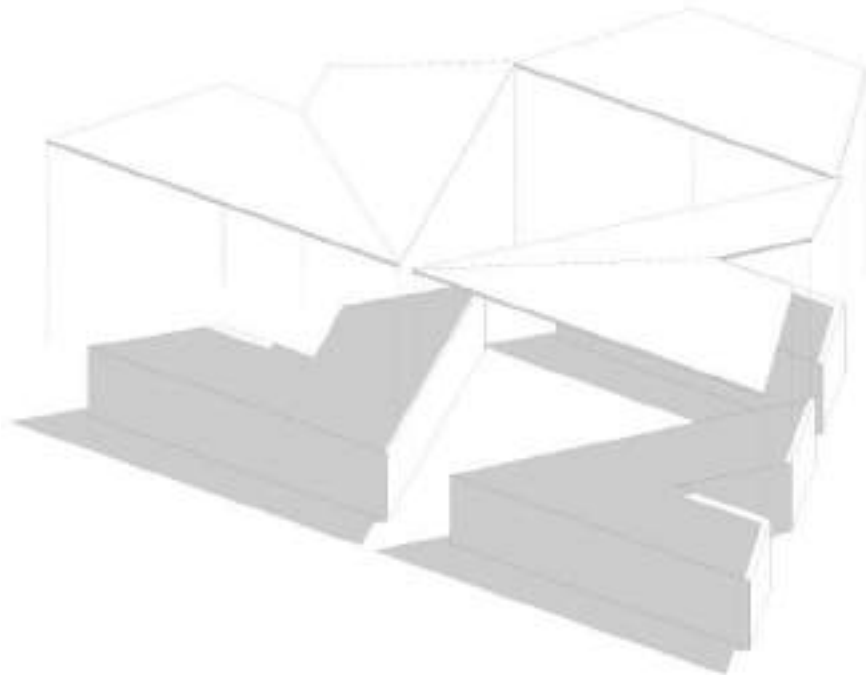
Figura 29 - Formato do projeto em planta



Fonte: Produção da autora (2023)

A primeira proposta de volumetria, então, é composta por 3 blocos, com coberturas independentes, unidas pelo jardim central, como mostra as figuras 30, 31, 32 e 33.

Figura 30 - representação isométrica do volume e cobertura



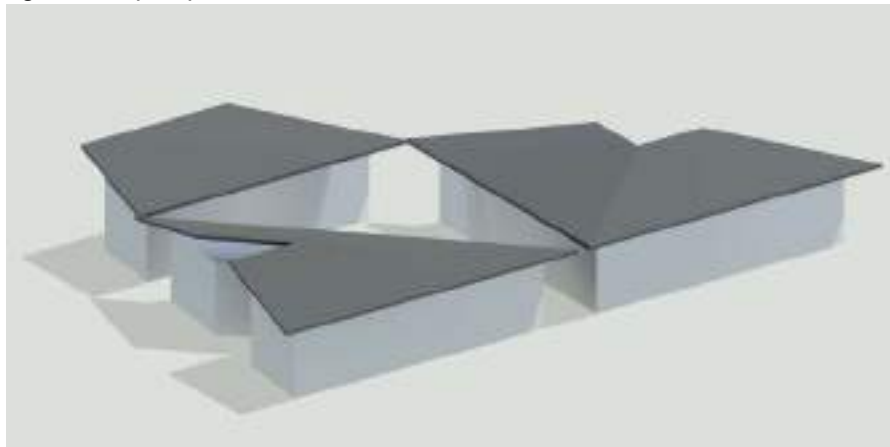
Fonte: Produção da autora (2023)

Figura 31 - representação isométrica do volume e cobertura



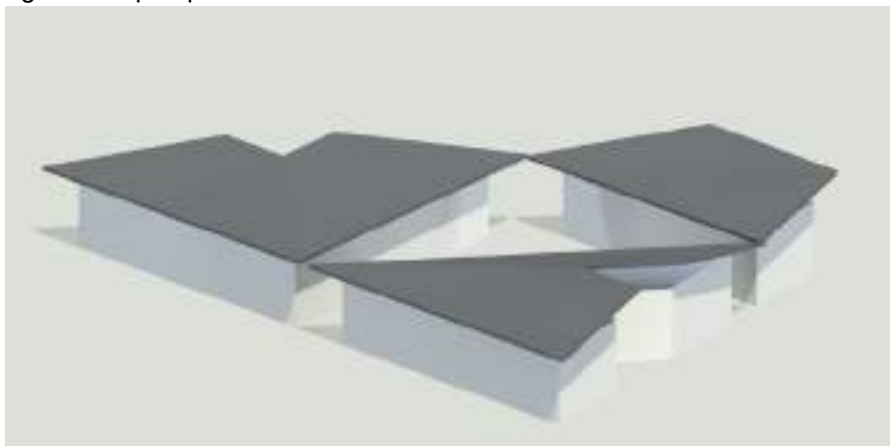
Fonte: Produção da autora (2023)

Figura 32 - perspectiva do volume e cobertura



Fonte: Produção da autora (2023)

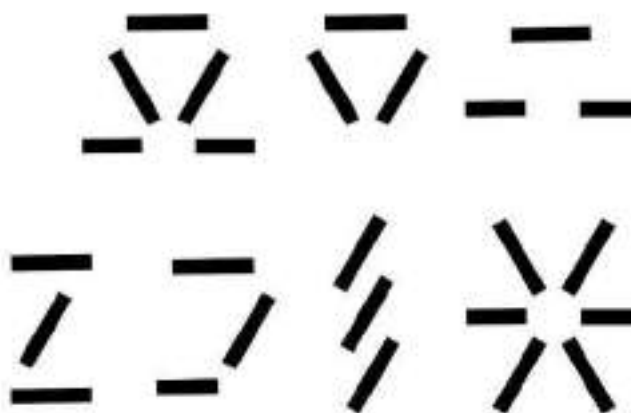
Figura 33 - perspectiva do volume e cobertura



Fonte: Produção da autora (2023)

Após esse primeiro estudo, foi realizado uma outra desconstrução dessa primeira forma, que permite o rearranjo de novas formas (Figura 34).

Figura 34 - Rearranjos a partir da primeira volumetria



Fonte: Produção da autora (2023)

A partir desta segunda desconstrução da forma é possível pensar outras formas para o projeto além da volumetria, como a implantação dos blocos ou uma vista em corte.

3.2. Projeto Básico

A partir do que foi discutido até o momento e das considerações feitas pela banca avaliadora na qualificação do trabalho é possível dar seguimento a proposta do projeto.

Uma das considerações feitas pela banca foi em relação à visita a outras casas de acolhimento a fim de referenciá-las ou identificar a demanda delas. No início do ano de 2024 foi realizada então uma visita a Fundação Papa João XXIII (FUNPAPA), responsável por uma casa de passagem, a fim de obter informações que pudessem influenciar nas escolhas projetuais do projeto. No entanto, mesmo com a solicitação via requerimento, não foi possível ter esse contato.

Outro ponto abordado foi a necessidade de um questionário. Foi realizada, então, a aplicação de um questionário básico a fim de diagnosticar o conhecimento público sobre a rede de atendimento à vítima de violência doméstica, assim como avaliação da suficiência dessa rede para o atendimento integral da vítima. A distribuição desse questionário foi realizada principalmente

via mídias sociais e foi realizada de forma anônima, com participação pública de 59 pessoas. A partir desse questionário (Anexo 01), foi possível identificar alguns os seguintes pontos:

1- 87,9% das pessoas que responderam o questionário conhecem pelo menos uma vítima de violência doméstica, e mais de 29% assume também já ter sido vítima;

2- Apesar de 67,2% indicar conhecer os serviços oferecidos pela rede de atendimento especializado às vítimas de violência doméstica em sua cidade, 67,2% afirma não saber onde fica localizada a Delegacia Especializada de Atendimento à Mulher (DEAM) da sua cidade, e por isso 55,2% afirmam que não teriam condições de acessar esta delegacia caso precisasse pois não sabem onde fica;

3- 84,5% afirma achar necessário a criação de outra DEAM em sua cidade;

4- 84,5% também acredita que apenas a DEAM não seja suficiente para atender as necessidades das vítimas e 100% acredita que espaço de atendimento, acolhimento e abrigo de mulheres vítimas de violência doméstica em situação de vulnerabilidade ou risco de vida deva fazer parte dessa rede de atendimento;

5- 55,2% acredita que essas Casa de acolhimento devam oferecer abrigo de forma individual, abrigando as vítimas e seus dependentes em um alojamento privativo;

6- 100% acredita na importância de oferecer cursos profissionalizantes para as abrigadas.

A principal mudança causada após aplicação deste questionário foi a adição de uma DEAM ao programa de necessidades do projeto. Para a composição do programa de necessidades desse equipamento foi utilizado de base a Norma Técnica de Padronização das DEAMs de 2006 do Governo Federal. A partir disso foi elaborado um organograma preliminar (Figura 35).

Figura 35 - Organograma preliminar DEAM



Fonte: Produção da autora (2024)

O programa de necessidades final da DEAM ficou, então, composto pelos seguintes ambientes:

RECEPÇÃO	BANHEIRO ACUSADO
SALA DE ESPERA VÍTIMA	DML
SALA DE ESPERA ACUSADO	DEPÓSITO DE LIXO
SALA DE REGISTRO DE OCORRÊNCIAS (2)	SALA DE ESTAR PARA OS SERVIDORES
ASSISTÊNCIA PSICOSSOCIAL	COPA/COZINHA
CARTÓRIO	SALA DE ESPERA SUPERIOR
SALA PARA ADVOGADO	SALA DO DELEGADO
SALA DE INVESTIGAÇÃO	BANHEIRO DELEGADO

SALA DE COMUNICAÇÃO	AUDITÓRIO
SALA DE RECONHECIMENTO	SALA DE REUNIÕES
BRINQUEDOTECA	ALMOXARIFADO
BANHEIROS	ARQUIVO
VESTIÁRIOS	SALA DE EQUIPAMENTO DE PROTEÇÃO E ARMAMENTO
SALA DE DETENÇÃO PROVISÓRIA	BANHEIROS

Outro ponto abordado pela banca durante a qualificação foi a revisão da quantidade de acessos/entradas, para separar os fluxos. Com a apresentação do projeto final será possível identificar que foi mantido apenas um acesso ao complexo composto pelos blocos do centro de acolhimento, mas a disposição dos blocos permite acesso independente, sem a necessidade de passar pela recepção como havia sido previsto durante o estudo preliminar.

Por último, foi sugerida avaliação bioclimática da primeira volumetria, que foi realizada e acarretou na mudança da implantação dos blocos, mudando a dinâmica do pátio central. O pátio central, que inicialmente visava privilegiar o contato com a natureza passa a ser uma área de intervenção livre, possibilitando futuras expansões da infraestrutura ou acréscimo de novos serviços.

Dessa forma, o projeto final focou no atendimento aos serviços identificados como essenciais para o atendimento integral da vítima e seus dependentes, além da expansão da rede de atendimento à vítima através da proposta de uma DEAM no mesmo terreno. O lote foi então dividido em 2 partes, uma destinada à implantação da Delegacia, e outra destinada ao Centro de Acolhimento às Mulheres (CAMU) como é possível ver na figura 36.

Figura 36 - Vista isométrica do projeto



Fonte: Produção da autora (2024)

Para dar início ao projeto, foi essencial a escolha do tipo construtivo e o material que seria usado. Nesse caso, foi escolhido o tijolo de solo-cimento (Figura 37), um bloco autoportante, sustentável e que guia todo o processo do projeto. A partir disso foi pensado uma modulação dos ambientes que seguissem as dimensões do tijolo e evitasse o desperdício de materiais. Essa escolha também permite uma replicabilidade das edificações, além da fácil adaptação dos usos dos ambientes em casos de reforma e facilidade de novas combinações de ambientes.

Figura 37 - Dimensões tijolo solocimento

	reto	canto	canaleta	coluna	meio tijolo	
Tipo						
MÓDULO 30	Tijolos por m ² :	45 unidades	45 unidades	45 unidades	90 unidades	
	Modulação:	15 cm	15 cm	15 cm	7,5 cm	
	Dimensões (cm):	30 x 15 x 7,5	30 x 15 x 7,5	30 x 15 x 7,5	30 x 15 x 7,5	15 x 15 x 7,5
	Peso:	4,2 kg	4,2 kg	4,2 kg	4,2 kg	2,1 kg

Disponível em [Loko Inspiris: Construindo a casa da Arquiteta: Sistema Construtivo - Tijolo Solo Cimento](#)

A avaliação do projeto técnico (Anexo 02) permite identificar uma padronização das dimensões finais dos ambientes. Isso se deve à paginação estratégica dos tijolos. Para manter esse padrão, foi utilizada uma malha de eixos verticais e horizontais espaçadas a cada 3m entre si, que é o equivalente a 10 tijolos sequenciados, com planos de referência intermediários a cada 1,5m. Essa escolha influenciou também a escolha das esquadrias, com larguras e alturas múltiplas de 30 e 15cm respectivamente.

Logo após essa escolha, foi avaliada a condição climática do lote, com a análise da predominância dos ventos, insolação e tipo de clima, o que levou a escolha de uma implantação com as faces maiores voltadas para o norte e aberturas que favorecessem a entrada dos ventos pelo nordeste. Além disso, foi pensado um pé direito mais alto.

Para a delegacia (Figura 38), foi pensado um jardim central com o objetivo de diminuição da tensão que paira nessa instituição, e a partir disso foi disposto os ambientes em volta. O acesso à delegacia foi dividido em 2, de forma que o agressor não ocupe o mesmo ambiente que a vítima, promovendo maior segurança.

Figura 38 - Layout DEAM



Fonte: Produção da autora (2024)

Além disso, foi pensado a restrição do acesso a alguns ambientes por meio da divisão por pavimentos, onde os ambientes de livre acesso ao público se concentram no 1º pavimento e ambientes de acesso mais restrito, como a Sala da Delegada, se localiza no 2º pavimento. Apesar dessa separação, a DEAM é equipada com plataforma elevatória para garantir acessibilidade a toda edificação.

Não foi possível verificar o real uso de alguns ambientes presentes no programa de necessidades da DEAM, o que ocasionou em um dimensionamento e layout que permitisse maior versatilidade, como foi o caso da sala de comunicação no primeiro pavimento e sala de armamento no segundo pavimento. O projeto para a delegacia se concentrou em atender a necessidade identificada por meio do questionário, tentando mesclar funcionalidade a privacidade necessária nesta edificação

As decisões projetuais para o Centro de acolhimento são embasadas nas referências de outros projetos, mas também nos dados consultados durante essa pesquisa. Entender os diferentes tipos de violência justifica os diferentes serviços ofertados no setor de atendimento. A identificação do perfil social das vítimas também exige soluções específicas. Ao entendermos que as vítimas são predominantemente mulheres negras, jovens, de classe sociais menos favorecidas e com filhos, e como a dependência emocional, e principalmente financeira, age contra o fluxo da quebra do ciclo de violência, identificamos pontos de atenção a serem trabalhados nesse tipo de edificação. Além de sempre pensar na acessibilidade dos serviços ofertados.

Dessa forma, o projeto final conta com uma área construída de 3.196,40m², sendo 1.058,54m² da DEAM e 2.137,86m² do CAMU. Tendo em vista que o terreno original possui 10.276m², isso significa uma taxa de ocupação de 26,30% e um coeficiente de aproveitamento de 0.35. Além de uma taxa de permeabilidade acima de 0.5.

4. CONCLUSÃO

Através da Lei Maria da Penha, e outras conceituações e leituras, foi possível refletir sobre a dificuldade e sensibilidade de falar sobre violência e se trabalhar com ela - ou contra ela-, por sua pluralidade e nuances, que conversam com outras violências, opressões e particularidades. Mas, a Lei Maria da Penha, conjunta a Lei do Feminicídio e Programa Mulher sem Violência, também permitiu concluir que as casas abrigos e casas de acolhimento às vítimas de violência doméstica são, antes de tudo, um direito.

Por meio da análise de dados oficiais, presentes em relatórios, banco de dados e pesquisas em geral, que mostram um crescimento anual no número de casos registrados e que de certa forma comprovam o aumento da procura por atendimento e acolhimento, é possível afirmar a necessidade e importância desses equipamentos para o combate a violência de gênero e ao feminicídio. Esses dados também possibilitam entender melhor o perfil das mulheres que serão acolhidas, adequando o programa de necessidades a essas demandas

O convívio com a Ocupação Rayana Alves, mesmo em momentos informais, também reforça a importância de espaços ocupados por e para as mulheres e a luta feminina para o combate à opressão e violência de gênero. Espaços como esse, corroboram para formação e organização política das mulheres, resgatando sua força, e construindo uma coletividade empenhada em contribuir para um mundo mais justo. Além disso, a desburocratização e a localização do espaço facilita o acesso ao serviço, assim como sua ampla divulgação permite que as mulheres saibam da existência desse local, que já não acontece com outras casas abrigos presentes no município.

Tudo isso converge para a importância de um projeto básico arquitetônico de uma Casa de Acolhimento para Vítimas de Violência Doméstica na cidade de Belém, objetivo final deste trabalho. E a análise da legislação municipal e da área de intervenção escolhida ratifica a capacidade de receber esse equipamento de forma inclusiva, universal e em grande escala. Precisamos proteger a vida das mulheres e lutar por um futuro em que 'lutar' não será mais preciso.

REFERÊNCIAS

A VERDADE. **8 meses de resistência da Ocupação de Mulheres Rayana Alves, em Belém.** Disponível em: <https://averdade.org.br/2023/04/oito-meses-de-resistencia-da-ocupacao-de-mulheres-rayana-alves-em-belem/>. Acesso em: 11 nov. 2023.

A VERDADE. **Nasce a ocupação de mulheres Rayana Alves, em Belém.** Disponível em: <https://averdade.org.br/2022/08/nasce-a-ocupacao-de-mulheres-rayana-alves-em-belem/>. Acesso em: 11 nov. 2023.

A VERDADE. **RAYANA ALVES, PRESENTE!** Disponível em: <https://averdade.org.br/2020/12/rayana-alves-presente/>. Acesso em: 11 nov. 2023.

ARCHDAILY. **Abrigo para Vítimas de Violência Doméstica / Amos Goldreich Architecture + Jacobs Yaniv Architects.** Disponível em: <https://www.archdaily.com.br/br/895789/abrigo-para-vitimas-de-violencia-domestica-a-amos-goldreich-architecture-plus-jacobs-yaniv-architects>. Acesso em: 7 nov. 2023.

ARCHDAILY. **Academia Girl Move / ROOTSTUDIO + Paz Braga.** Disponível em: <https://www.archdaily.com.br/br/934021/academia-girl-move-rootstudio-plus-paz-braga>. Acesso em: 29 nov. 2023.

ARCHDAILY. **Casa Folha / Mareines + Patalano.** Disponível em: <https://www.archdaily.com.br/br/01-14796/casa-folha-mareines-mais-patalano>. Acesso em: 29 nov. 2023.

ARCHDAILY. **Refugio para Mujeres Víctimas de la Violencia / ORIGEN 19°41' 53" N.** Disponível em: <https://www.archdaily.cl/cl/907075/refugio-para-mujeres-victimas-de-la-violencia-origen-19o41-53-n>. Acesso em: 29 nov. 2023.

BELÉM (PA). Lei Complementar 02/1999. Dispõe sobre o parcelamento, ocupação e uso do solo urbano do município de Belém e dá outras providências. Belém: Prefeitura Municipal de Belém, 1999.

BELÉM (PA). Lei Municipal 8655/2008. Dispõe sobre o Plano diretor do município de Belém, e dá outras providências. Belém: Prefeitura Municipal de Belém, 2008. Disponível em: <https://leismunicipais.com.br/plano-diretor-belem-pa>. Acesso em: 2 dez. 2023.

BELTRÃO, Jane Felipe. **Relatório Figueiredo: atrocidades contra povos indígenas em tempos ditatoriais.** 1. ed. Rio de Janeiro: Mórula, 2022.

BONFIM, Flavia; SCHECHTER, Rosa. Crítica à categoria universal de "mulher": por uma articulação entre feminismo e Psicanálise. **Pesqui. prá. psicossociais,**

São João del-Rei, v. 16, n. 3, p. 1-16, set./2021. Disponível em: http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1809-89082021000300012. Acesso em: 2 dez. 2023.

BRASIL. Lei nº 11.340, de 7 de agosto de 2006. Esta lei cria mecanismos para coibir e prevenir a violência doméstica e familiar contra a mulher. **Diário Oficial da União**: seção 1, Brasília, DF, 7 ago. 2006.

BRASIL. Decreto nº 11.431, de 8 de março de 2023. Institui o Programa Mulher Viver sem Violência. **Diário Oficial da União**: seção 1, Brasília, DF, 8 ago. 2023.

BRASIL. Lei nº 13.104, de 9 de março de 2015. Prevê o feminicídio como circunstância qualificadora do crime de homicídio. **Diário Oficial da União**: seção 1, Brasília, DF, 9 mar. 2015.

BUENO, Samira; MARTINS, Juliana; LAGRECA, Amanda; SOBRAL, Isabela; BARROS, Betina; BRANDÃO, Juliana. O crescimento de todas as formas de violência contra a mulher em 2022. In: FÓRUM BRASILEIRO DE SEGURANÇA PÚBLICA. **17º Anuário Brasileiro de Segurança Pública**. São Paulo: Fórum Brasileiro de Segurança Pública, p. 136-145, 2023.

BUENO, Samira; MARTINS, Juliana; LAGRECA, Amanda; SOBRAL, Isabela; BARROS, Betina; BRANDÃO, Juliana. Visível e Invisível: a vitimização de mulheres no Brasil. In: FÓRUM BRASILEIRO DE SEGURANÇA PÚBLICA. **17º Anuário Brasileiro de Segurança Pública**. São Paulo: Fórum Brasileiro de Segurança Pública, p. 1-52, 2023.

CERQUEIRA, D. *et al.* **ATLAS DA VIOLÊNCIA 2021**. 2. ed. São Paulo: FBSP, 2021.

DÓRIA, Palmério. **EMPODERADAS**: Mulheres Eternas, Corpo a Corpo com a Vida. 1. ed. São Paulo: Geração Editorial, 2018. p. 1-136.

ENGEL, Cíntia Liara. **Violência contra mulher**. 1. ed. [S.l.: s.n.], 2020.

G1. **A violência contra a mulher e a sanção da nova lei que criminaliza o abuso psicológico são tema de debate online**. Disponível em: <https://g1.globo.com/pa/para/noticia/2021/08/06/a-violencia-contra-a-mulher-e-a-sancao-da-nova-lei-que-criminaliza-o-abuso-psicologico-sao-tema-de-debate-online.ghtml>. Acesso em: 30 nov. 2023.

G1. **Brasil bate recorde de feminicídios em 2022, com uma mulher morta a cada 6 horas**. Disponível em: <https://g1.globo.com/monitor-da-violencia/noticia/2023/03/08/brasil-bate-recorde-de-feminicidios-em-2022-com-uma-mulher-morta-a-cada-6-horas.ghtml>. Acesso em: 29 set. 2023.

G1. **Lula sanciona lei que garante auxílio-aluguel por até seis meses a vítimas de violência doméstica**. Disponível em:

<https://g1.globo.com/politica/noticia/2023/09/14/lula-sanciona-lei-que-garante-auxilio-aluguel-por-ate-seis-meses-a-vitimas-de-violencia-domestica.ghtml>. Acesso em: 30 out. 2023.

G1. **Pará é o estado da região norte com mais casos de feminicídios.** Disponível em: <https://g1.globo.com/pa/para/noticia/2020/03/05/para-e-o-estado-da-regiao-norte-com-mais-casos-de-feminicidios.ghtml>. Acesso em: 11 nov. 2023.

GOVERNO FEDERAL. **Casa da Mulher Brasileira é inaugurada em Brasília.** Disponível em: <https://www.gov.br/mdh/pt-br/noticias-spm/noticias/casa-da-mulher-brasileira-e-inaugurada-em-brasilia>. Acesso em: 14 nov. 2023.

GOVERNO FEDERAL. **Enfrentando a violência doméstica e familiar contra a mulher.** Brasília, 2020.

GOVERNO FEDERAL. Ministério da Justiça. **Norma Técnica de Padronização das Delegacias Especializadas.** Brasília, 2006.

INSTITUTO MARIA DA PENHA. **CICLO DA VIOLÊNCIA.** Disponível em: <https://www.institutomariadapenha.org.br/violencia-domestica/ciclo-da-violencia.html>. Acesso em: 30 out. 2023.

KERN, Leslie. **Cidade Feminista: a luta pelo espaço em um mundo desenhado por homens.** 1. ed. Rio de Janeiro: Oficina Raquel, 2021. p. 1-255.

MARINHO, Bárbara Rodrigues. **EXISTO PORQUE RESISTO: A Casa de Referência Mulheres Mirabal como corpo-território e expressão política das lutas feministas no espaço urbano.** Porto Alegre, 2023.

OPAS. **Violência contra as mulheres.** Disponível em: <https://www.paho.org/pt/topics/violence-against-women>. Acesso em: 15 nov. 2023.

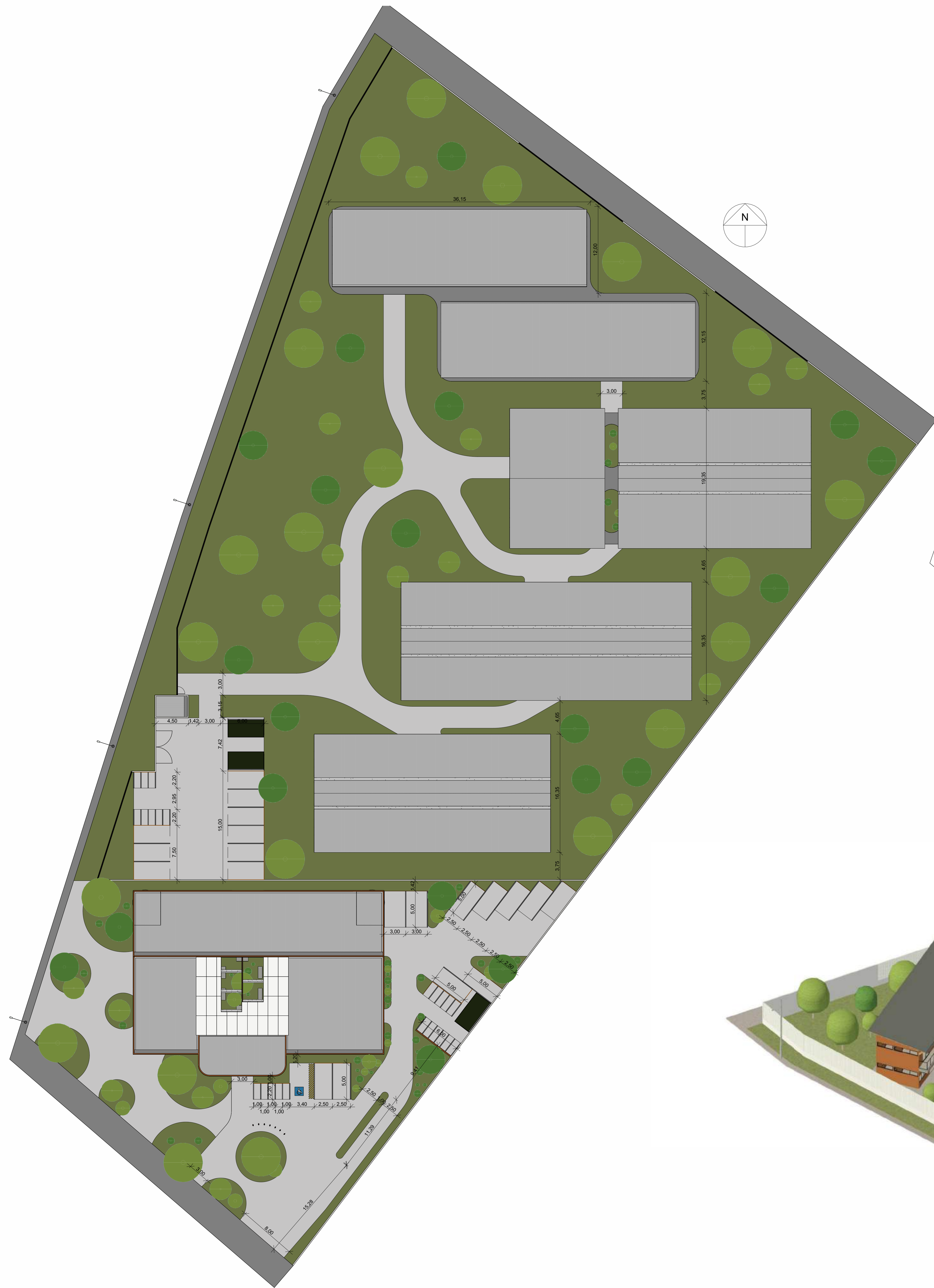
PORTAL GELEDÉS. **Não existe hierarquia de opressão.** Disponível em: <https://www.geledes.org.br/nao-existe-hierarquia-de-opressao/>. Acesso em: 30 out. 2023.

REDE DE OBSERVATÓRIOS DA SEGURANÇA. **A cada quatro horas, ao menos uma mulher é vítima de violência.** Disponível em: <http://observatorioseguranca.com.br/violencia-mulher-feminicidio/>. Acesso em: 23 out. 2023.

RIBEIRO, Djamila. **O que é lugar de fala?.** 1. ed. Belo Horizonte(MG): Letramento, 2017. p. 19-51.

UNIVERSIDADE FEDERAL DE MINAS GERAIS. **Pesquisa mostra alto índice de subnotificação de violência contra mulheres.** Disponível em: <http://cms.ufmg.br/comunicacao/noticias/pesquisa-mostra-alto-indice-de-subnotific>

acao-de-violencia-contras-mulheres-no-brasil#:~:text=A%20subnotifica%C3%A7%C3%A3o%20de%20viol%C3%Aancia%20contra%20as%20mulheres%20no,%28PNS%29%20para%20o%20Brasil%20e%20as%20unidades%20federadas..
Acesso em: 30 nov. 2023.



MAPA DE SETORES
1 : 500

PLANTA DE SITUAÇÃO
1 : 500



- Legenda do departamento
- 01 - Lua Crescente - Atendimento
 - 02 - Lua Cheia - Profissionalizante
 - 03 - Lua Minguante - Acolhimento
 - 04 - Lua Minguante - Serviços
 - 05 - Lua Nova - Abrigo
 - 06 - DEAM

PLANTA DE IMPLANTAÇÃO
1 : 250

ACABAMENTOS	
01	CONCRETO PULVERIZADO COM ACABAMENTO POLIDO
02	REVESTIMENTO CERÂMICO 60x60
03	BLOCO INTERTRAVADO HEXAGONAL
04	INDICAÇÃO TORÇIONERA
PAREDES	
05	PÓRCULO DE SOLCAMENTO APARENTE
06	REVESTIMENTO CERÂMICO 60x60 EMBELEMADO
TETO	
07	ESTRUTURA DE TELHADO APARENTE COM PLACAS PVC
08	FORRO EM GESSO
09	FORRO EM GESSO COM PLACA ACÚSTICA

TABELA DE AMBIENTES POR SETOR			
AMBIENTE	ÁREA	PISO	PARQUE / FORRO
01 - Lua Crescente - Atendimento	18,80 m²	P1	P1
ADM	18,80 m²	P1	P1
Atendimento	18,80 m²	P1	P1
Atendimento social	18,80 m²	P1	P1
Atendimento jurídico	18,80 m²	P1	P1
Atendimento Psicologia	18,80 m²	P1	P1
BRQ 1/ADM	18,80 m²	P2	P1
BRQ 2/ADM	18,80 m²	P2	P1
BRQ 3/ADM	18,80 m²	P2	P1
BRQ 4/ADM	18,80 m²	P2	P1
BRQ 5/ADM	18,80 m²	P2	P1
BRQ 6/ADM	18,80 m²	P2	P1
BRQ 7/ADM	18,80 m²	P2	P1
BRQ 8/ADM	18,80 m²	P2	P1
BRQ 9/ADM	18,80 m²	P2	P1
BRQ 10/ADM	18,80 m²	P2	P1
BRQ 11/ADM	18,80 m²	P2	P1
BRQ 12/ADM	18,80 m²	P2	P1
BRQ 13/ADM	18,80 m²	P2	P1
BRQ 14/ADM	18,80 m²	P2	P1
BRQ 15/ADM	18,80 m²	P2	P1
BRQ 16/ADM	18,80 m²	P2	P1
BRQ 17/ADM	18,80 m²	P2	P1
BRQ 18/ADM	18,80 m²	P2	P1
BRQ 19/ADM	18,80 m²	P2	P1
BRQ 20/ADM	18,80 m²	P2	P1
BRQ 21/ADM	18,80 m²	P2	P1
BRQ 22/ADM	18,80 m²	P2	P1
BRQ 23/ADM	18,80 m²	P2	P1
BRQ 24/ADM	18,80 m²	P2	P1
BRQ 25/ADM	18,80 m²	P2	P1
BRQ 26/ADM	18,80 m²	P2	P1
BRQ 27/ADM	18,80 m²	P2	P1
BRQ 28/ADM	18,80 m²	P2	P1
BRQ 29/ADM	18,80 m²	P2	P1
BRQ 30/ADM	18,80 m²	P2	P1
BRQ 31/ADM	18,80 m²	P2	P1
BRQ 32/ADM	18,80 m²	P2	P1
BRQ 33/ADM	18,80 m²	P2	P1
BRQ 34/ADM	18,80 m²	P2	P1
BRQ 35/ADM	18,80 m²	P2	P1
BRQ 36/ADM	18,80 m²	P2	P1
BRQ 37/ADM	18,80 m²	P2	P1
BRQ 38/ADM	18,80 m²	P2	P1
BRQ 39/ADM	18,80 m²	P2	P1
BRQ 40/ADM	18,80 m²	P2	P1
BRQ 41/ADM	18,80 m²	P2	P1
BRQ 42/ADM	18,80 m²	P2	P1
BRQ 43/ADM	18,80 m²	P2	P1
BRQ 44/ADM	18,80 m²	P2	P1
BRQ 45/ADM	18,80 m²	P2	P1
BRQ 46/ADM	18,80 m²	P2	P1
BRQ 47/ADM	18,80 m²	P2	P1
BRQ 48/ADM	18,80 m²	P2	P1
BRQ 49/ADM	18,80 m²	P2	P1
BRQ 50/ADM	18,80 m²	P2	P1
BRQ 51/ADM	18,80 m²	P2	P1
BRQ 52/ADM	18,80 m²	P2	P1
BRQ 53/ADM	18,80 m²	P2	P1
BRQ 54/ADM	18,80 m²	P2	P1
BRQ 55/ADM	18,80 m²	P2	P1
BRQ 56/ADM	18,80 m²	P2	P1
BRQ 57/ADM	18,80 m²	P2	P1
BRQ 58/ADM	18,80 m²	P2	P1
BRQ 59/ADM	18,80 m²	P2	P1
BRQ 60/ADM	18,80 m²	P2	P1
BRQ 61/ADM	18,80 m²	P2	P1
BRQ 62/ADM	18,80 m²	P2	P1
BRQ 63/ADM	18,80 m²	P2	P1
BRQ 64/ADM	18,80 m²	P2	P1
BRQ 65/ADM	18,80 m²	P2	P1
BRQ 66/ADM	18,80 m²	P2	P1
BRQ 67/ADM	18,80 m²	P2	P1
BRQ 68/ADM	18,80 m²	P2	P1
BRQ 69/ADM	18,80 m²	P2	P1
BRQ 70/ADM	18,80 m²	P2	P1
BRQ 71/ADM	18,80 m²	P2	P1
BRQ 72/ADM	18,80 m²	P2	P1
BRQ 73/ADM	18,80 m²	P2	P1
BRQ 74/ADM	18,80 m²	P2	P1
BRQ 75/ADM	18,80 m²	P2	P1
BRQ 76/ADM	18,80 m²	P2	P1
BRQ 77/ADM	18,80 m²	P2	P1
BRQ 78/ADM	18,80 m²	P2	P1
BRQ 79/ADM	18,80 m²	P2	P1
BRQ 80/ADM	18,80 m²	P2	P1
BRQ 81/ADM	18,80 m²	P2	P1
BRQ 82/ADM	18,80 m²	P2	P1
BRQ 83/ADM	18,80 m²	P2	P1
BRQ 84/ADM	18,80 m²	P2	P1
BRQ 85/ADM	18,80 m²	P2	P1
BRQ 86/ADM	18,80 m²	P2	P1
BRQ 87/ADM	18,80 m²	P2	P1
BRQ 88/ADM	18,80 m²	P2	P1
BRQ 89/ADM	18,80 m²	P2	P1
BRQ 90/ADM	18,80 m²	P2	P1
BRQ 91/ADM	18,80 m²	P2	P1
BRQ 92/ADM	18,80 m²	P2	P1
BRQ 93/ADM	18,80 m²	P2	P1
BRQ 94/ADM	18,80 m²	P2	P1
BRQ 95/ADM	18,80 m²	P2	P1
BRQ 96/ADM	18,80 m²	P2	P1
BRQ 97/ADM	18,80 m²	P2	P1
BRQ 98/ADM	18,80 m²	P2	P1
BRQ 99/ADM	18,80 m²	P2	P1
BRQ 100/ADM	18,80 m²	P2	P1

TCC II
CAMU
IMPLANTAÇÃO E SITUAÇÃO

ALUNO: Ruyssa Quintes Pereira da Silva (20190434013)

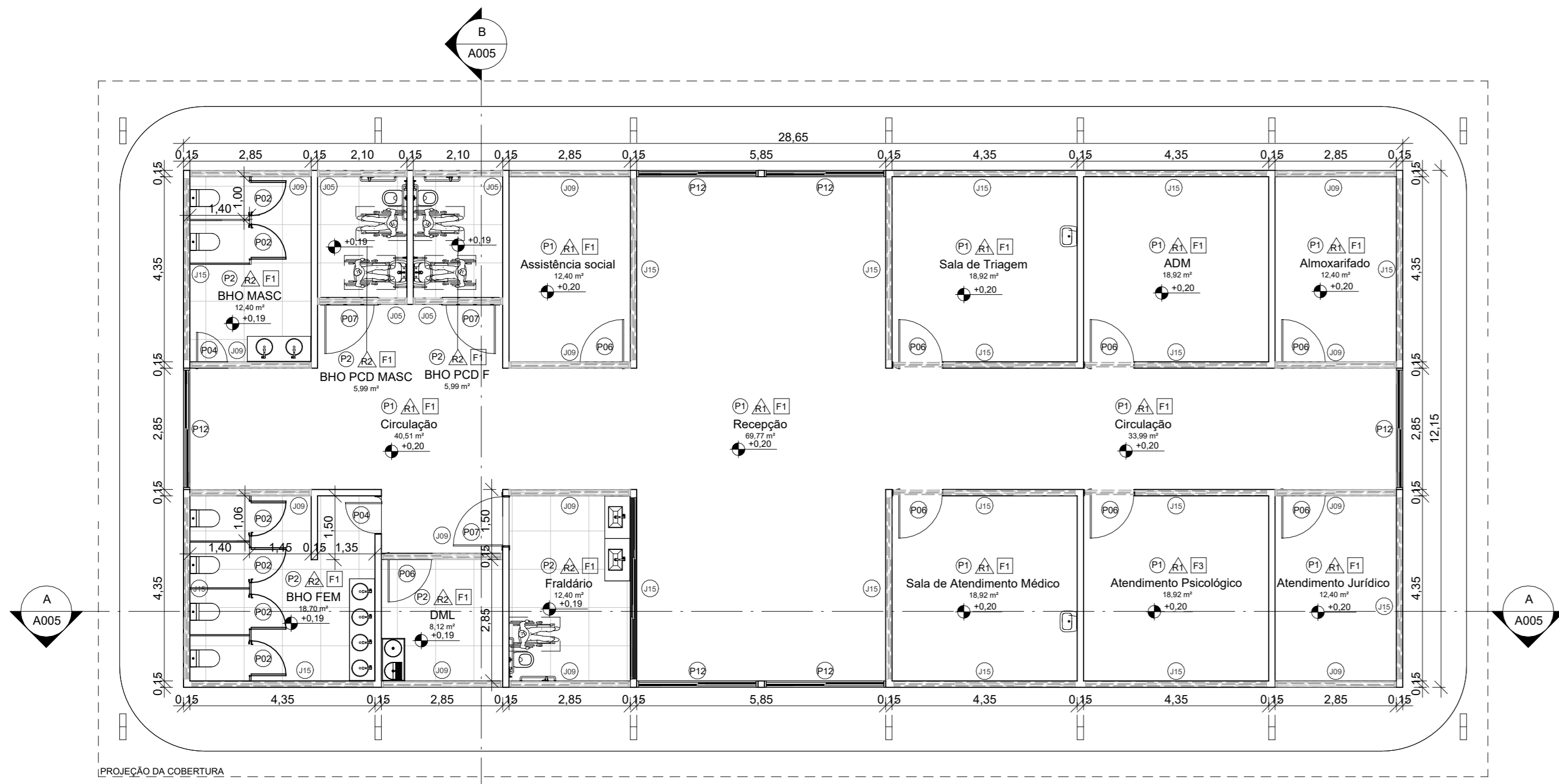
ESCALA: Como indicado

DATA: 27/11/2024

PROFESSOR: A001

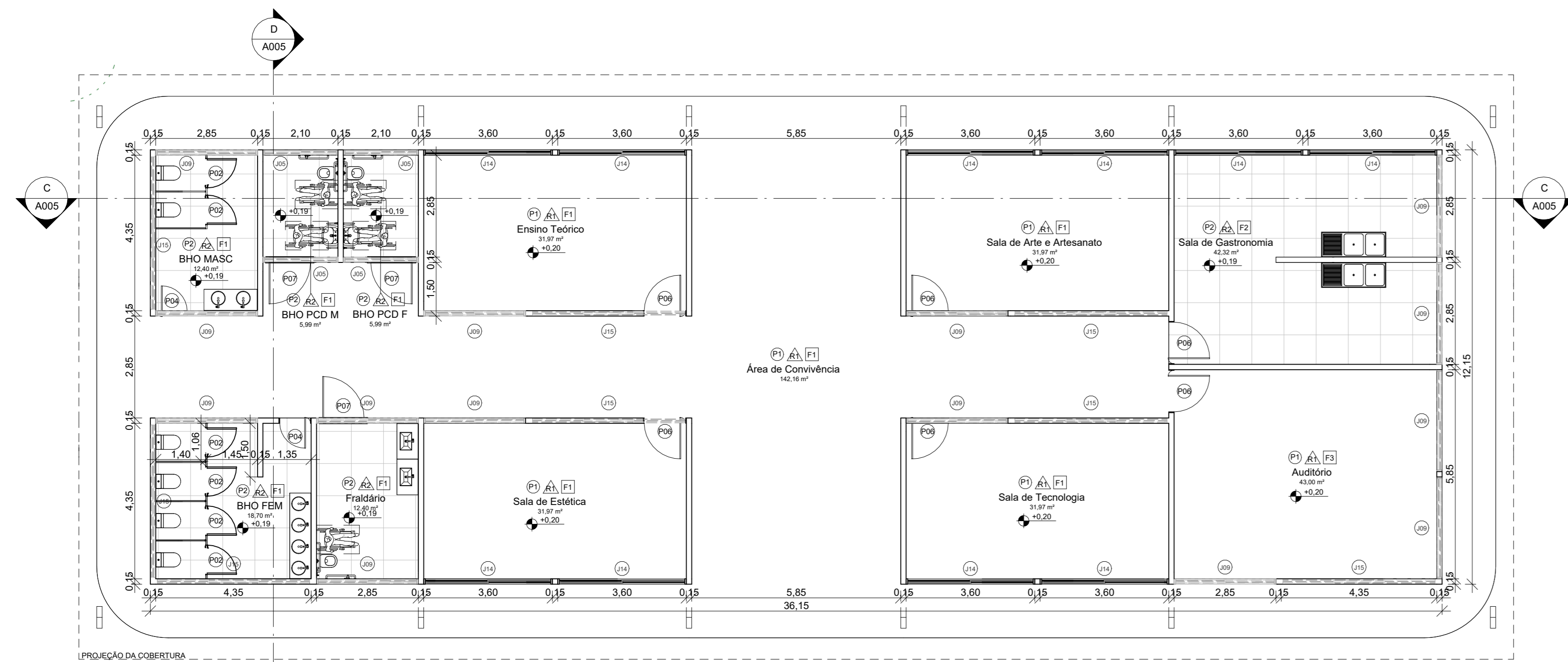
TCC II
Profª Rachel Star

FAU
UNIVERSIDADE FEDERAL DO PÁRA
FACULDADE DE ARQUITETURA E URBANISMO



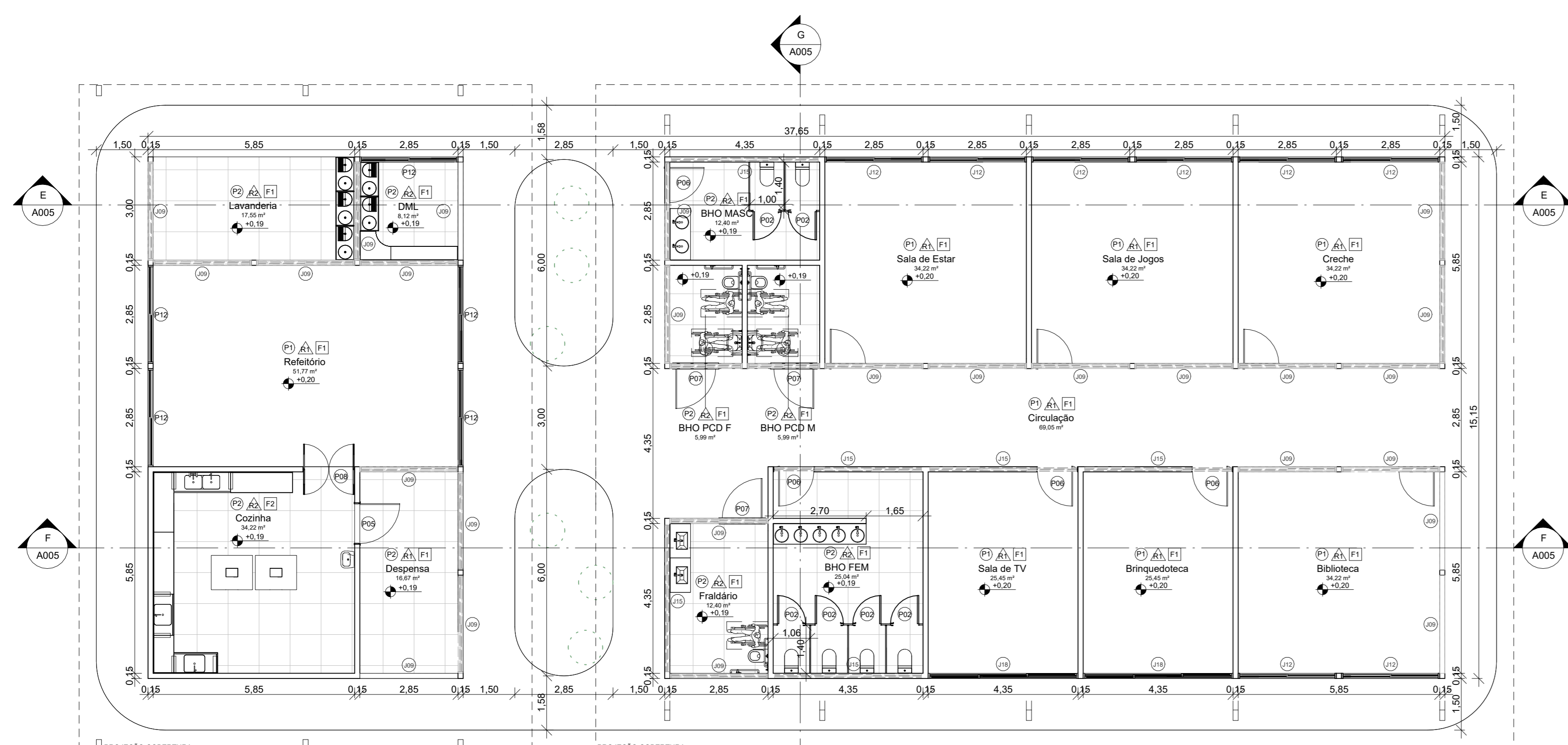
01 PLANTA BAIXA - LUA CRESCENTE

1 : 100



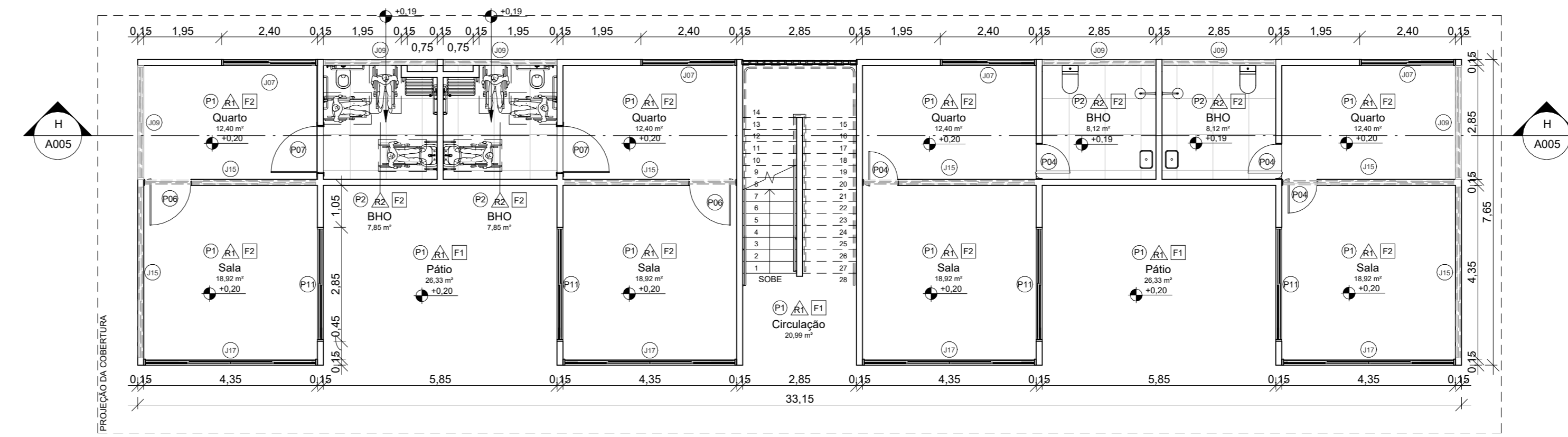
02 PLANTA BAIXA - LUA CHEIA

1 : 100



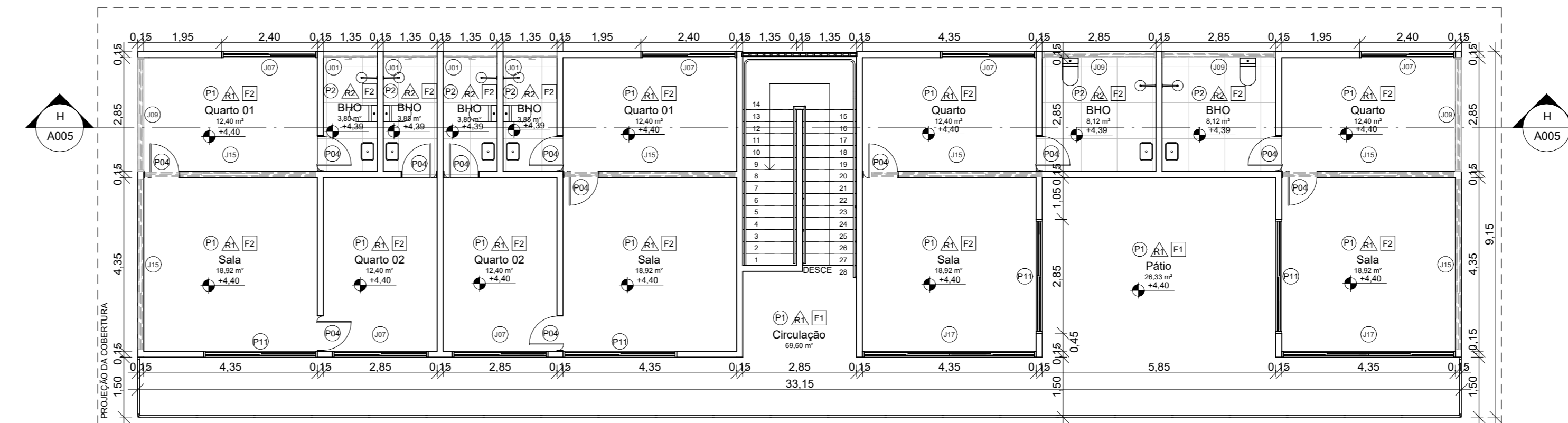
03 PLANTA BAIXA - LUA MINGUANTE

1 : 100



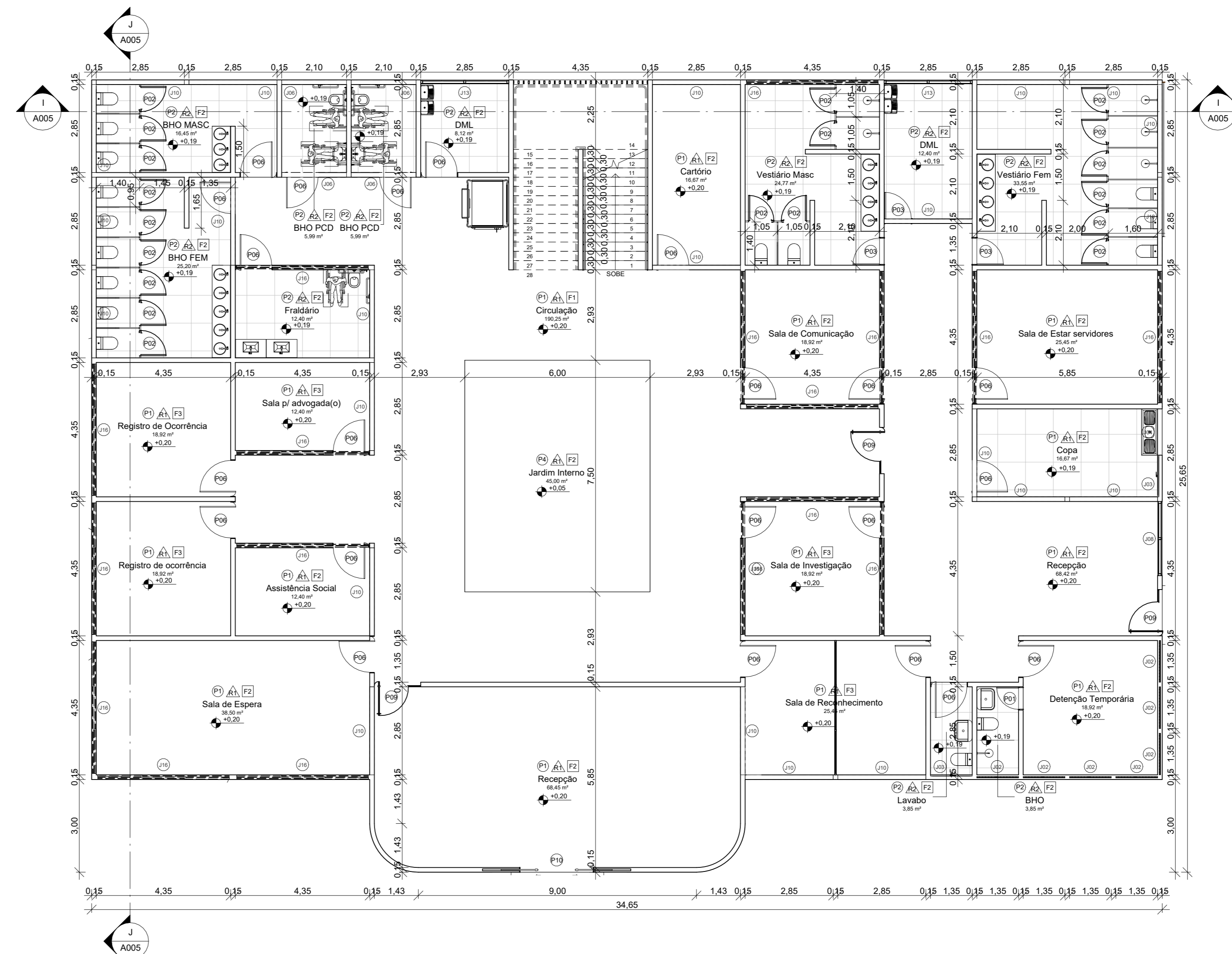
04 PLANTA BAIXA TÉRREO - LUA NOVA

1 : 100



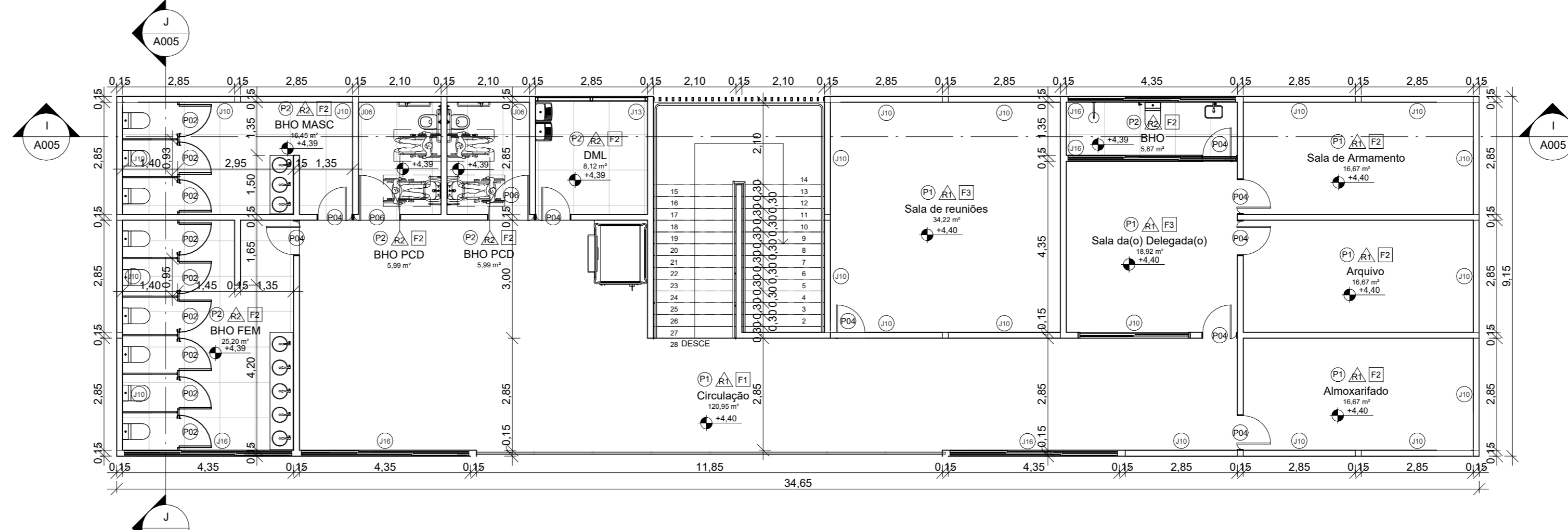
04 PLANTA BAIXA PAV SUPERIOR - LUA NOVA

1 : 100



05 PLANTA BAIXA TÉRREO - DEAM

1 : 100



05 PLANTA BAIXA PAV SUPERIOR - DEAM

1 : 100

ACABAMENTOS	
1	CONCRETO RECICLADO COM ACABAMENTO POLIDO
2	REVESTIMENTO CERÂMICO DESESSADO
3	BLOCO INTERTRAVADO HEXAGONAL
4	REVESTIMENTO FERRUGINO
5	TUJO DE SOLCAMENTO APARENTE
6	REVESTIMENTO CERÂMICO DESESSADO
7	ESTRUTURA DO TELHADO APARENTE COM PLACAS PVC
8	FORNO EM GESSO
9	FORNO EM GESSO COM PLACA ALÇABERA

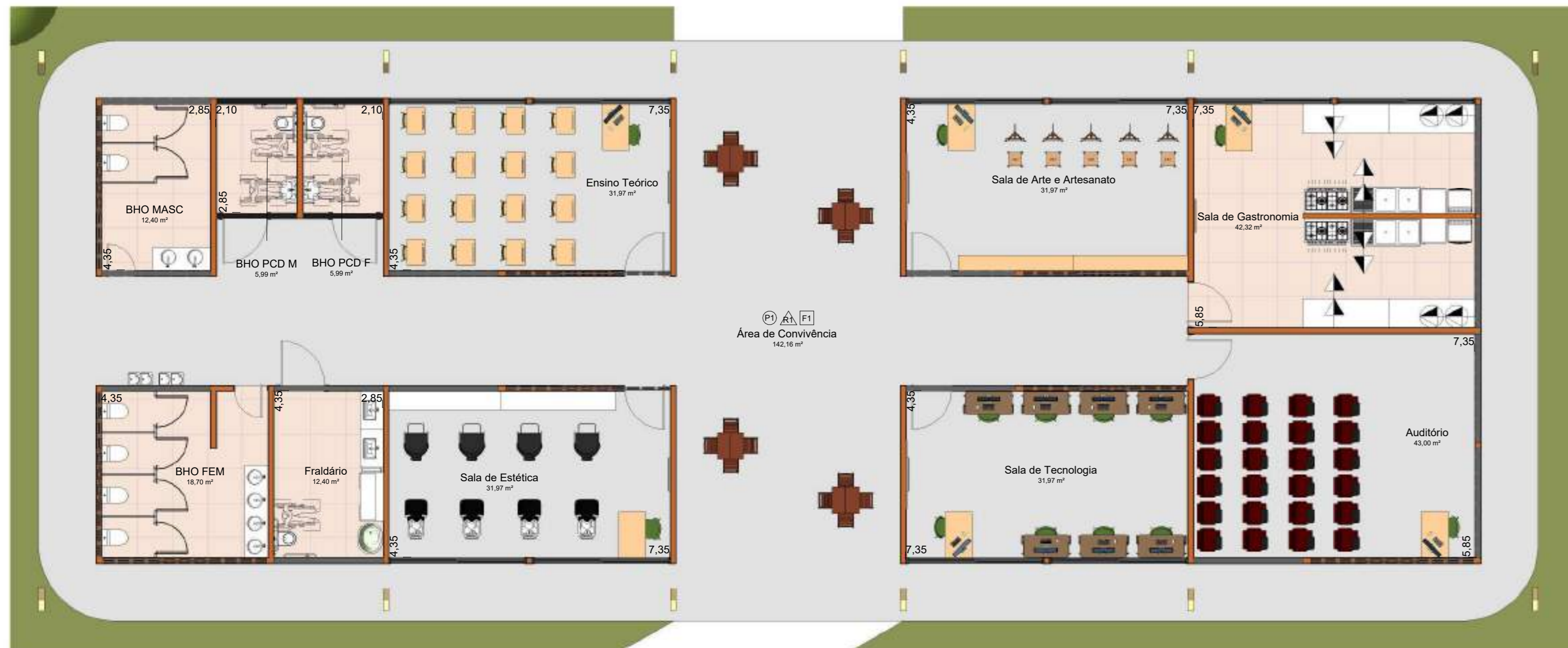
PORTAS					
CODIGO	DESCRIÇÃO	QUANTIDADE	UNIDADE	VALOR UNITÁRIO (R\$)	VALOR TOTAL (R\$)
P01	Porta de Alumínio com vidro temperado 1200 x 2100	1	1	1.200,00	1.200,00
P02	Porta de Alumínio com vidro temperado 1200 x 2100	1	1	1.200,00	1.200,00
P03	Porta de Alumínio com vidro temperado 1200 x 2100	1	1	1.200,00	1.200,00
P04	Porta de Alumínio com vidro temperado 1200 x 2100	1	1	1.200,00	1.200,00
P05	Porta de Alumínio com vidro temperado 1200 x 2100	1	1	1.200,00	1.200,00
P06	Porta de Alumínio com vidro temperado 1200 x 2100	1	1	1.200,00	1.200,00
P07	Porta de Alumínio com vidro temperado 1200 x 2100	1	1	1.200,00	1.200,00
P08	Porta de Alumínio com vidro temperado 1200 x 2100	1	1	1.200,00	1.200,00
P09	Porta de Alumínio com vidro temperado 1200 x 2100	1	1	1.200,00	1.200,00
P10	Porta de Alumínio com vidro temperado 1200 x 2100	1	1	1.200,00	1.200,00
P11	Porta de Alumínio com vidro temperado 1200 x 2100	1	1	1.200,00	1.200,00
P12	Porta de Alumínio com vidro temperado 1200 x 2100	1	1	1.200,00	1.200,00
P13	Porta de Alumínio com vidro temperado 1200 x 2100	1	1	1.200,00	1.200,00

JANELAS					
CODIGO	DESCRIÇÃO	QUANTIDADE	UNIDADE	VALOR UNITÁRIO (R\$)	VALOR TOTAL (R\$)
J01	Janela de Alumínio com vidro temperado 1200 x 2100	1	1	1.200,00	1.200,00
J02	Janela de Alumínio com vidro temperado 1200 x 2100	1	1	1.200,00	1.200,00
J03	Janela de Alumínio com vidro temperado 1200 x 2100	1	1	1.200,00	1.200,00
J04	Janela de Alumínio com vidro temperado 1200 x 2100	1	1	1.200,00	1.200,00
J05	Janela de Alumínio com vidro temperado 1200 x 2100	1	1	1.200,00	1.200,00
J06	Janela de Alumínio com vidro temperado 1200 x 2100	1	1	1.200,00	1.200,00
J07	Janela de Alumínio com vidro temperado 1200 x 2100	1	1	1.200,00	1.200,00
J08	Janela de Alumínio com vidro temperado 1200 x 2100	1	1	1.200,00	1.200,00
J09	Janela de Alumínio com vidro temperado 1200 x 2100	1	1	1.200,00	1.200,00
J10	Janela de Alumínio com vidro temperado 1200 x 2100	1	1	1.200,00	1.200,00
J11	Janela de Alumínio com vidro temperado 1200 x 2100	1	1	1.200,00	1.200,00
J12	Janela de Alumínio com vidro temperado 1200 x 2100	1	1	1.200,00	1.200,00
J13	Janela de Alumínio com vidro temperado 1200 x 2100	1	1	1.200,00	1.200,00
J14	Janela de Alumínio com vidro temperado 1200 x 2100	1	1	1.200,00	1.200,00
J15	Janela de Alumínio com vidro temperado 1200 x 2100	1	1	1.200,00	1.200,00
J16	Janela de Alumínio com vidro temperado 1200 x 2100	1	1	1.200,00	1.200,00
J17	Janela de Alumínio com vidro temperado 1200 x 2100	1	1	1.200,00	1.200,00
J18	Janela de Alumínio com vidro temperado 1200 x 2100	1	1	1.200,00	1.200,00



01 LAYOUT - LUA CRESCENTE

1 : 100



02 LAYOUT - LUA CHEIA

1 : 100



03 LAYOUT - LUA MINGUANTE

1 : 100



04 LAYOUT TÉRREO - LUA NOVA

1 : 100



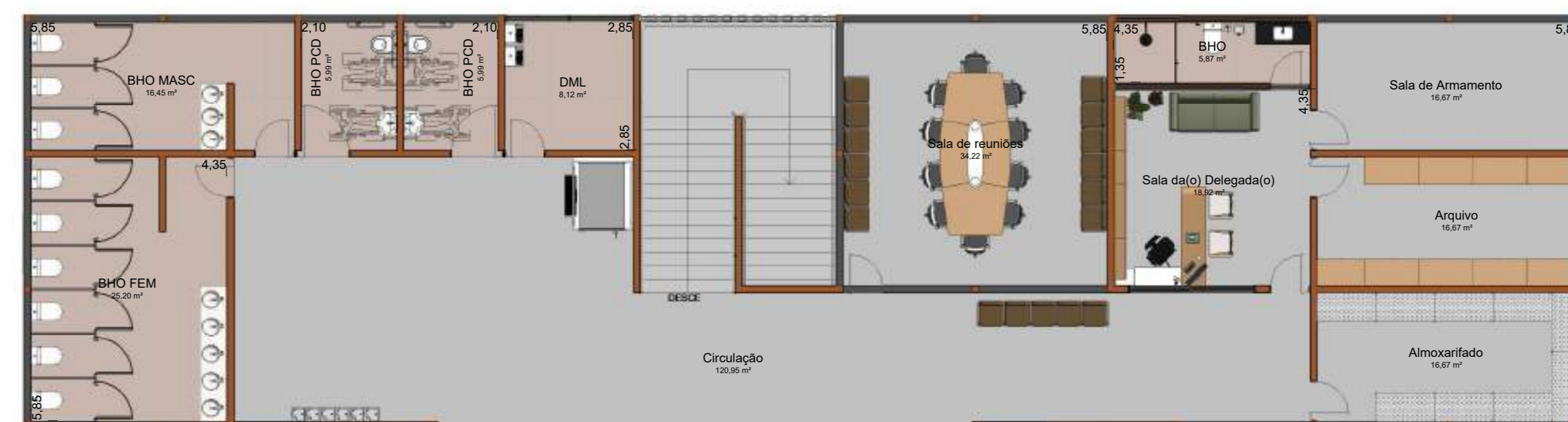
04 LAYOUT PAV SUPERIOR - LUA NOVA

1 : 100



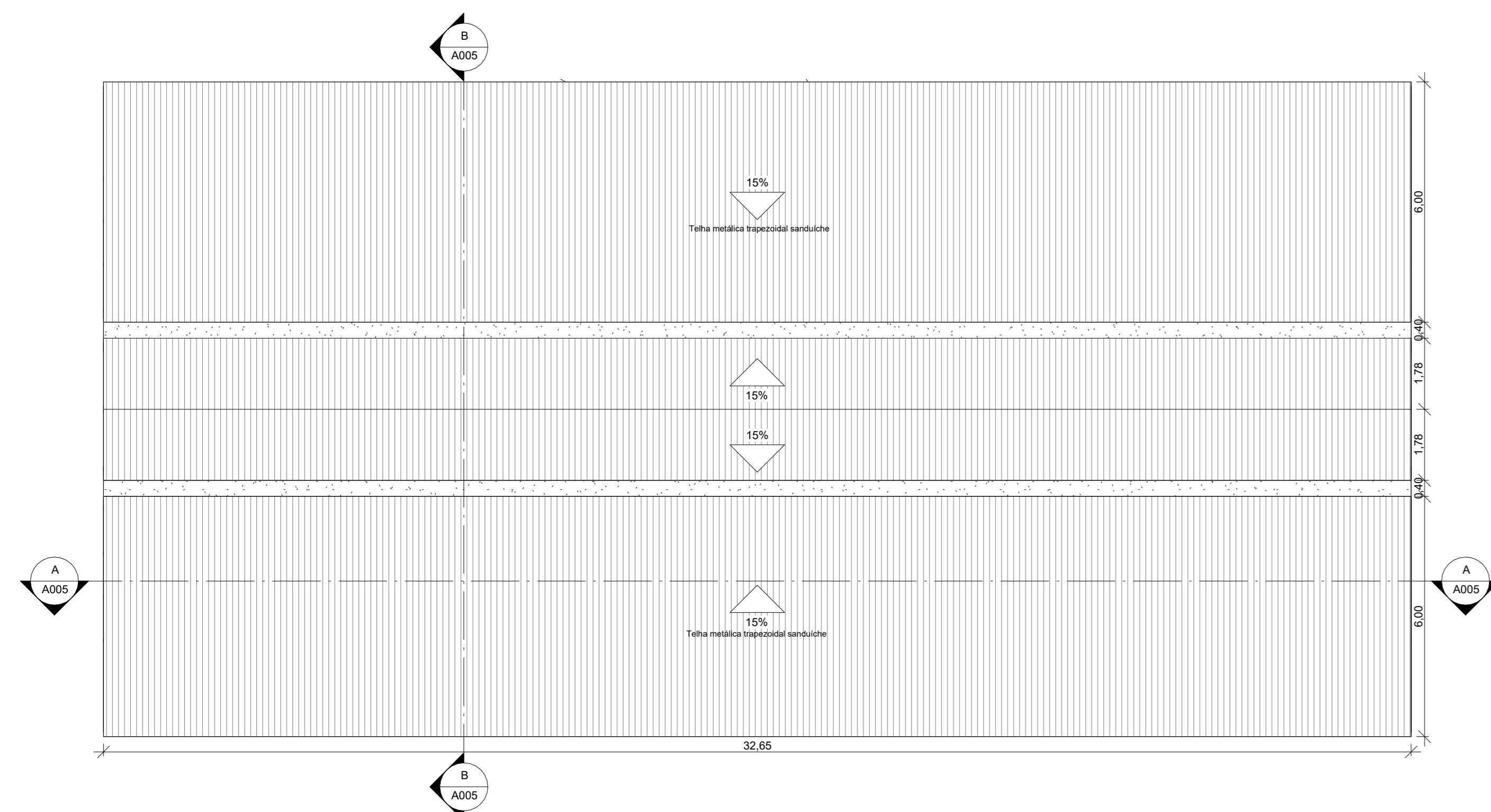
05 LAYOUT TÉRREO - DEAM

1 : 100



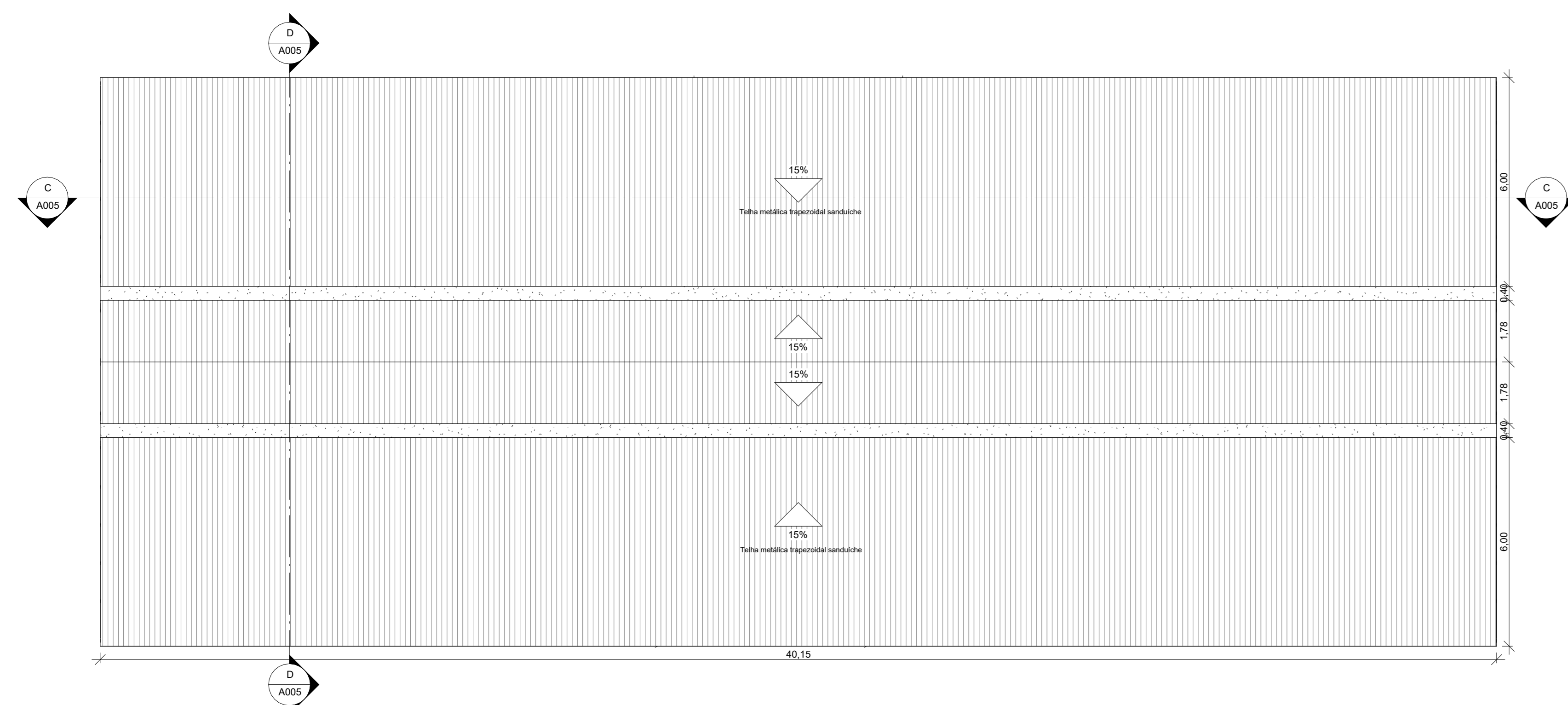
05 LAYOUT PAV SUPERIOR - DEAM

1 : 100



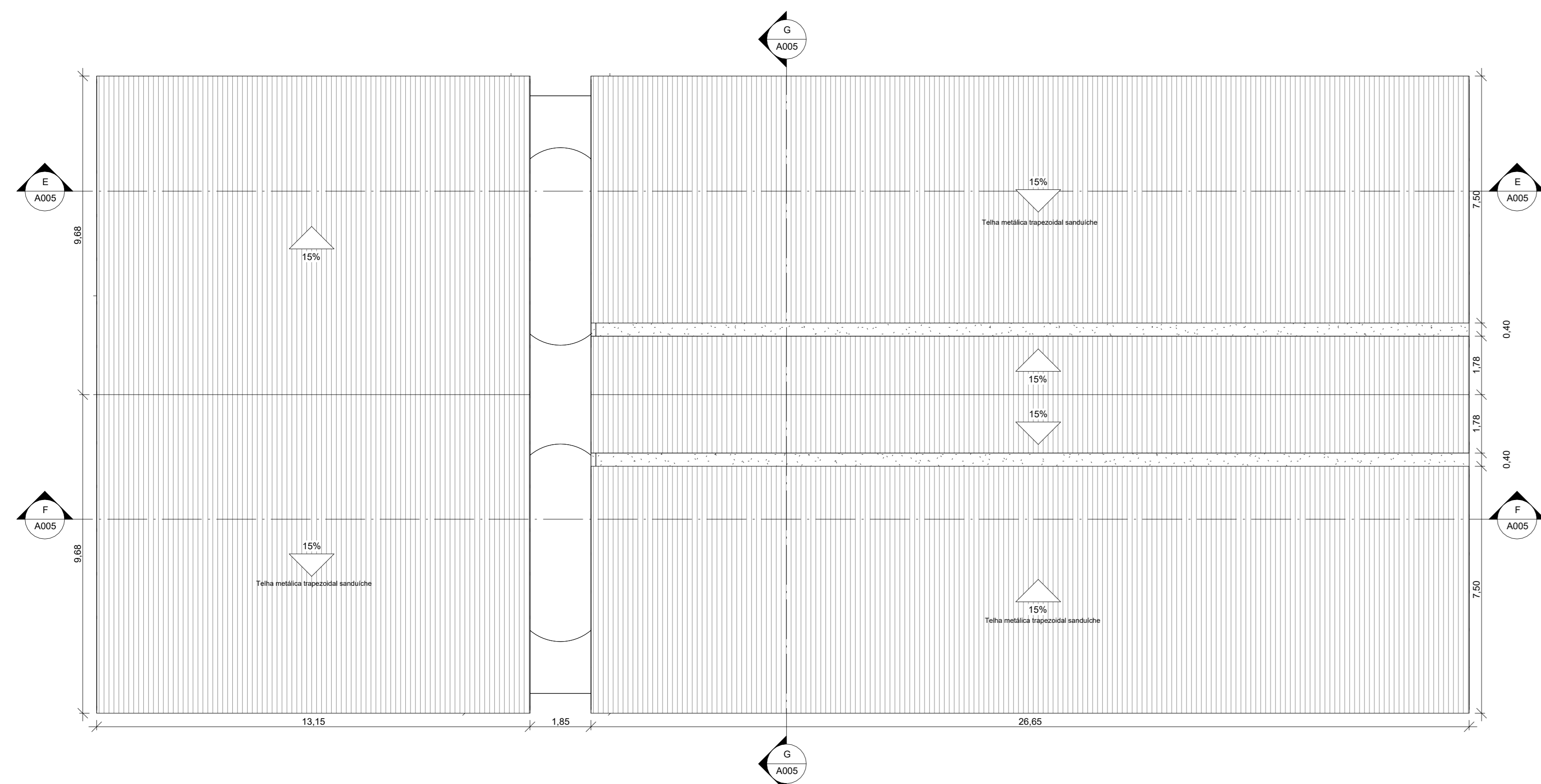
01 PLANTA DE COBERTURA - LUA CRESCENTE

1 : 100



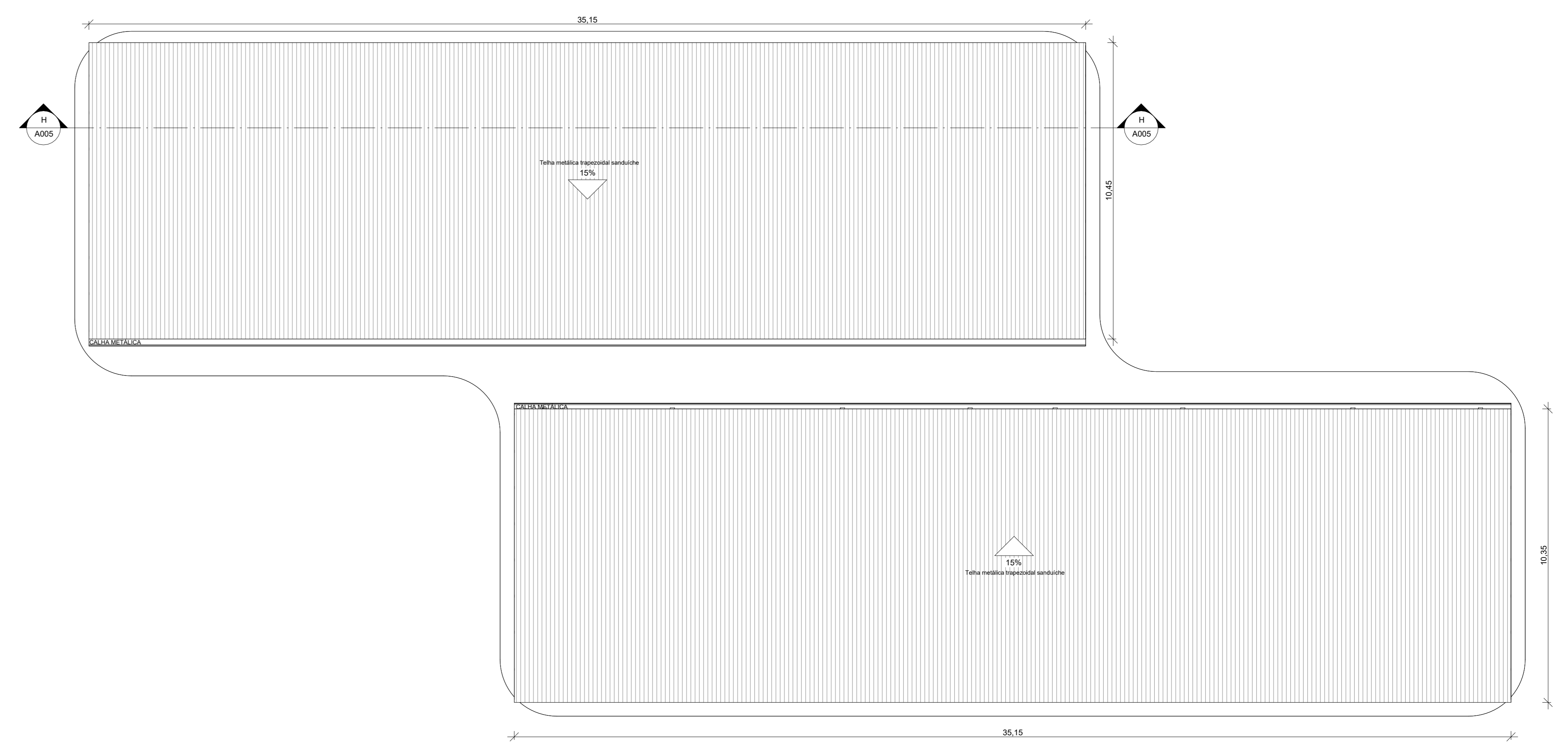
02 PLANTA DE COBERTURA - LUA CHEIA

1 : 100



03 PLANTA DE COBERTURA - PLANTA MINGUANTE

1 : 100



04 PLANTA DE COBERTURA - LUA CHEIA

1 : 100



05 PLANTA DE COBERTURA - DEAM

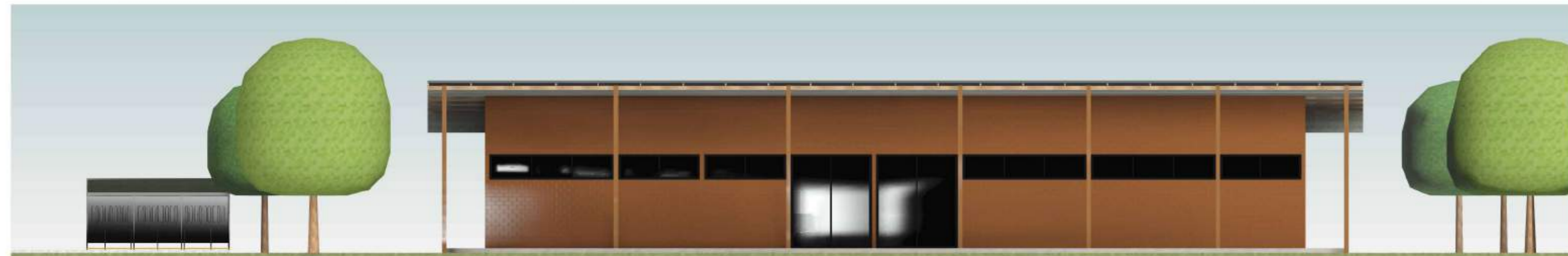
1 : 100

TCC II			
CAMU			
PLANTA DE COBERTURA			
ALINHO	Ruyssa Quintas Pimenta da Silva (20190434013)		
ESCALA	1 : 100	DATA	12/07/24
		PRIMEIRA	A004

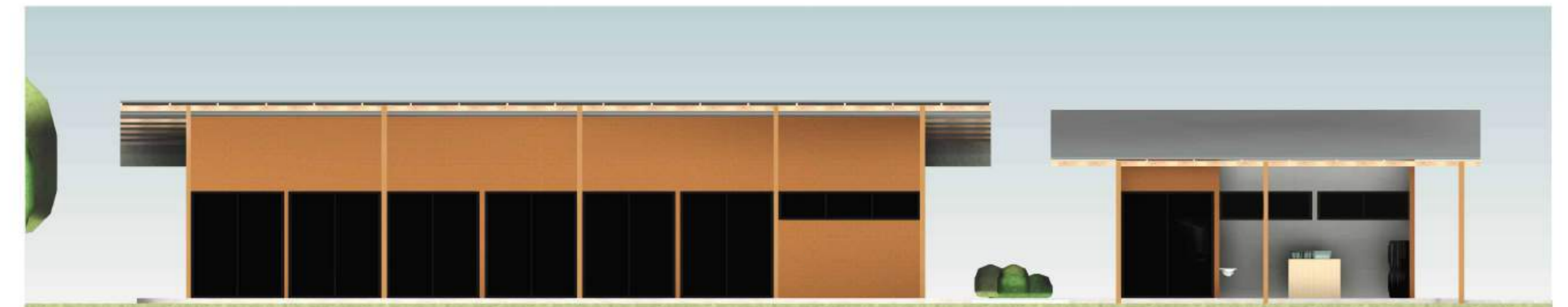




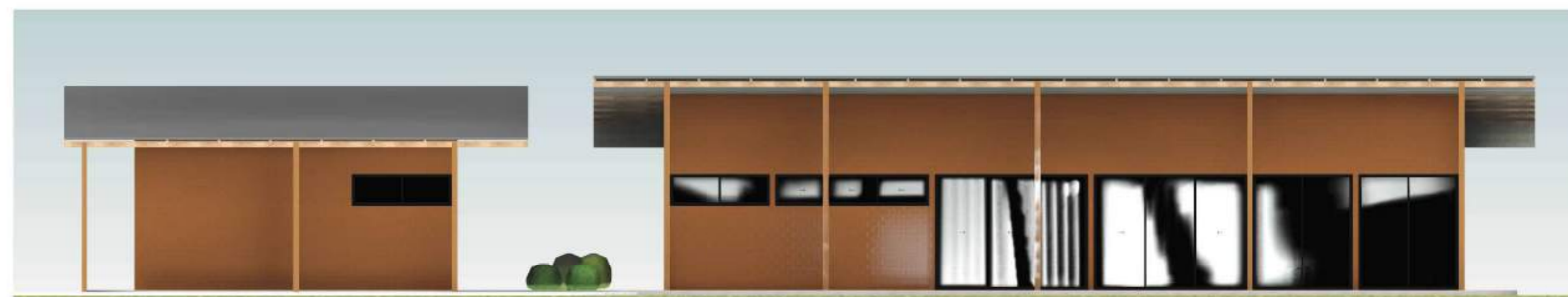
LUA CRESCENTE - FACHADA NORTE
1 : 100



LUA CRESCENTE - FACHADA SUL
1 : 100



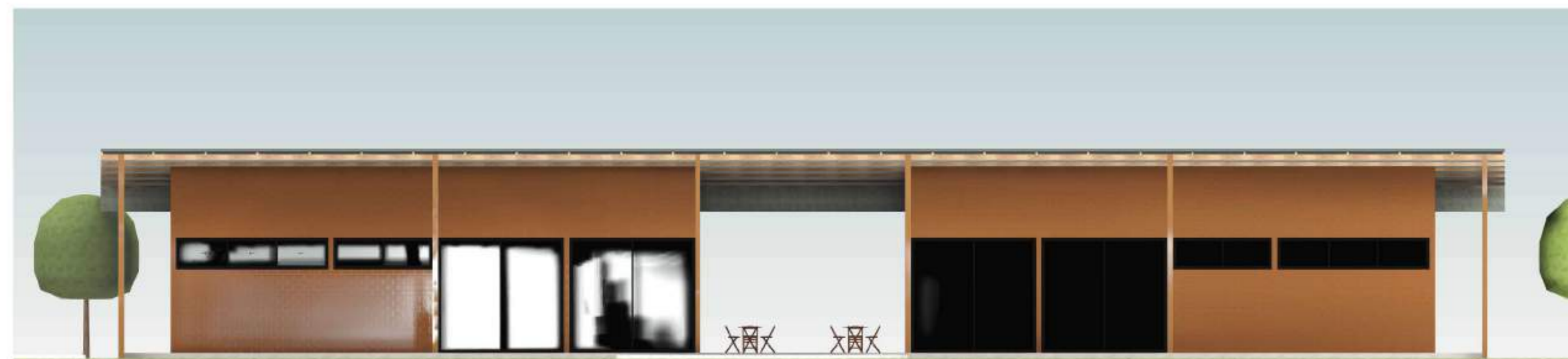
LUA MINGUANTE - FACHADA NORTE
1 : 100



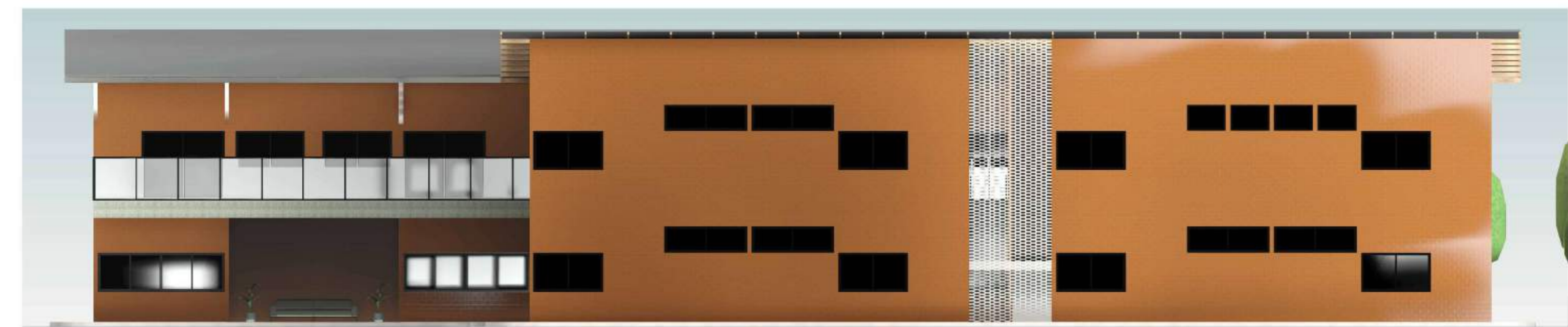
LUA MINGUANTE - FACHADA SUL
1 : 100



LUA CHEIA - FACHADA NORTE
1 : 100



LUA CHEIA - FACHADA SUL
1 : 100



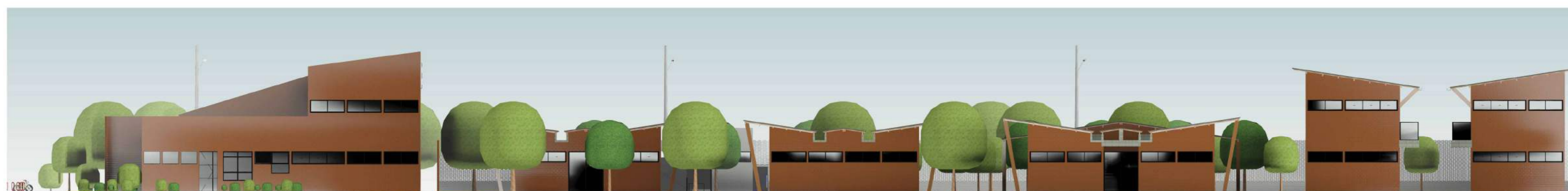
LUA NOVA - FACHADA NORTE
1 : 100



LUA NOVA - FACHADA SUL
1 : 100



DEAM FACHADA SUL
1 : 100



VISTA LATERAL LESTE
1 : 150

TCC II			
CAMU			
VISTAS			
ALUNO	Ruyss Quinto Pimenta da Silva (20190434013)		
ESCALA	DATA	PROFESSOR	A006
Como indicado	27/11/2024		

